
068ª SESSÃO ORDINÁRIA 16JUL2018

(Texto sem revisão.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 13 a 16 de julho de 2018. O Suplente Nelcir Tessaro, em função da impossibilidade de o Suplente Cláudio Conceição assumir a Vereança, assumirá no lugar do Ver. Reginaldo Pujol. Solicito ao Suplente Nelcir Tessaro que entregue o seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Nelcir Tessaro prestará a seguir.

VEREADOR NELCIR TESSARO: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Declaro empossado o Ver. Nelcir Tessaro. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Nelcir Tessaro, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE.

Aprego Declaração do Ver. Nelcir Tessaro (Lê.): "Declaro, para os devidos registros, a minha desfiliação do Partido Humanista da Solidariedade – PHS, no mês de março de 2018. Porto Alegre, 16 de julho de 2018. Nelcir Tessaro."

O Ver. Elizandro Sabino solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 13 a 16 de julho. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Luciano Marcantônio, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação. CUTHAB.

Senhoras e senhores, por favor, acabo de receber aqui da lavra da Desembargadora Lúcia de Fátima Cerveira uma decisão de petição, (Lê.): “Decisão de petição. Vistos. Trata-se de pedido de reconsideração interposto pela Câmara Municipal de Porto Alegre em face da decisão proferida nos autos do mandado de segurança impetrado por Paulo Adir Ferreira, que concedeu a liminar postulada, para determinar que a denúncia em questão seja apreciada na primeira sessão que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre realizar. Em suas razões refere que quando a denúncia do *impeachment* foi protocolada, a pauta de votações já estava trancada pela votação de vetos opostos pelo prefeito e por projetos de lei do Poder Executivo, que tramitavam sob regime de urgência. Diz que se a denúncia do processo de *impeachment* foi apreciada na primeira sessão, estar-se-á a descumprir as disposições constitucionais e orgânicas a respeito do veto e das proposições em regime de urgência. É o relatório. Decido. Colhe-se pelos documentos acostados aos autos que, quando do protocolo da denúncia em face do Sr. Prefeito Municipal Nelson Marchezan Júnior, havia projetos de lei do Poder Executivo, bem como vetos opostos pelo Prefeito Municipal, trancando a pauta de votações. Assim, nos termos do que dispõe o art. 95, §2^o Q1, e 77, §6^o S2, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defiro em parte o pedido de reconsideração, tão somente para determinar que a denúncia em questão seja apreciada imediatamente após a votação dos vetos e projetos que tramitam em regime de urgência (que não foram apreciados em 45 dias). Intimem-se. Porto Alegre 16 de julho de 2018. Desembargadora Lúcia de Fátima Cerveira, Relatora”. Eu queria interromper a Sessão por 15 minutos e queria convocar, por favor, os Srs. Vereadores e o Colégio de Líderes para uma reunião aqui na sala ao lado. Muito obrigado.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Na verdade, o Ver. João Bosco Vaz pede que eu explique sem juridiquês. Vou tentar. O que a Desembargadora está determinando é que a decisão, aquela do Presidente do Colégio de Líderes é a válida, que tínhamos que votar primeiro os projetos que estavam tramitando em regime de urgência, para depois enfrentarmos o processo de *impeachment*, e era o que o Presidente vinha fazendo até então. Convido os Srs. Líderes para uma reunião aqui na

sala ao lado para definirmos e retornarmos à nossa Sessão. Agradeço a compreensão de todos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h30min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): (14h54min) Estão reabertos os trabalhos. Quero comunicar a decisão tomada a partir da comunicação da decisão judicial e após a conversa com o Colégio de Líderes. Na verdade, a Presidência tinha um entendimento, que está sendo colocado em prática, de que os processos em regime de urgência se colocavam à frente, e assim é estava sendo até o momento da impetração do mandado de segurança e da concessão da liminar. Nós fizemos um pedido de reconsideração, e ele reconhece exatamente isso, que esses projetos em regime de urgência que trancam a pauta precisam ser, necessariamente, apreciados e que, imediatamente, após a apreciação do processo que deu precedência, que são, eventualmente, um veto ou os projetos em regime de urgência, nós passaremos então a apreciar a representação pelo pedido de impedimento do Prefeito, conseqüentemente, submetendo ao plenário a admissibilidade ou não do projeto.

Dito isso, eu retiro da pauta o Processo nº 01102/18, de autoria do Sr. Paulo Adir Ferreira, que encaminha a denúncia contra o Sr. Prefeito Municipal, Nelson Marchezan, estipulando que ele retornará à pauta imediatamente após a análise dos projetos que estão em regime de urgência. Se, eventualmente, os projetos em regime da urgência forem retirados, ou retirada alguma urgência, obviamente, da mesma forma, entra em primeiro lugar o processo com esta representação, conforme determina a lei. Portanto, o processo do *impeachment* está fora do dia de hoje. E nós retomamos a nossa Sessão normal, com período de Grande Expediente, período de Comunicações, período de Pauta, Líderes e, depois, Ordem do Dia.

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, primeiro, deixo muito claro que, acolhendo e entendendo a decisão da Presidência desta Casa, a base do Governo gostaria de votar a admissibilidade ou não do processo de *impeachment* para não cair na banalização de um processo tão importante. Solicito a alteração da ordem dos

trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornamos à ordem normal.

Vereador Cláudio Janta (SD): Sr. Presidente, em primeiro lugar, se a base do Governo quer realmente votar, devia estar aqui na sexta-feira passada, na primeira Sessão Extraordinária e na segunda, porque, com o número de Vereadores que estavam presentes mais a base do Governo, teria dado quórum. Em segundo lugar, não é só o Governo que quer votar o processo de impedimento do Sr. Prefeito. Eu acredito que toda Câmara de Vereadores quer discutir e votar o processo, mas a Justiça, como o senhor leu, foi bem clara: primeiro, as urgências do Governo. Se o Governo quer tanto votar o processo de *impeachment*, que tire as urgências dos seus projetos.

Vereador Cassio Trogildo (PTB): Presidente, temos um requerimento, e requerimento precede qualquer outra manifestação. Gostaria que V. Exa. colocasse em apreciação o requerimento.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Presidente Valter Nagelstein, colegas Vereadoras, colegas Vereadores, senhoras e senhores, cidadãos, cidadãs de Porto Alegre; nós estávamos aqui sexta-feira no horário aprazado, nós estávamos na sexta-feira para votar. Nunca nos negamos a sessões extraordinárias, sempre que possível, nós demos acordo e nós estamos aqui para trabalhar. No entanto, democracia tem que ser algo permanente, manobras regimentais podem ser feitas, mas tudo tem um limite. Hoje é uma sessão normal, com direito às Lideranças. Nós queremos nos manifestar como Liderança partidária, nós temos inscrição em Comunicações, sou o primeiro inscrito num processo de rodízio, eu quero falar...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Olha a educação! Que exemplo os cargos de confiança da Prefeitura estão dando aqui no plenário! Que exemplo!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): As vaias estão vindo de lá. Ver. Ricardo, é encaminhamento, não posso dar aparte. Não tem problema, Ver. Ricardo, V. Exa. é um *gentleman*, tem se comportado adequadamente nos nossos debates aqui, não há nenhum problema. Agora, nós vamos querer, no dia de hoje, seguir os trâmites normais. O Líder do Governo falou há pouco que o Governo não quer ficar sangrando, mas quem está dando facadas não somos nós, não são os servidores, não é o povo; quem está fazendo um processo de haraquiri é o Governo, que está se esfaqueando, que está sangrando pelos açoites que pratica contra si. Nós queremos o verdadeiro debate, nós estamos aqui para defender o bom serviço público, nós estamos aqui...

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Não, é verdade! Mentira, eu conheço bem quem mente. Eu conheço bem quem mente! Como, por exemplo, no IPTU. O Prefeito disse que fizéssemos uma emenda sobre IPTU progressivo no tempo, e prometeu exatamente o contrário para o Sinduscon. Quem mente é o Sr. Prefeito Municipal, e por isso nós vamos derrotar o IPTU nesta Casa! Nós temos compromisso com a verdade, com a verdade! Com o Regimento Interno, com a Lei Orgânica do Município, com a Constituição Federal, com o Estado Democrático de Direito. Não serão as pressões que nos farão calar; não serão vaias, não será a imprensa, não será a Brigada Militar aqui dentro! A nossa voz não será calada! Nós falamos aqui, falamos nas esquinas, nas praças, nos parques, na rua, onde seja. Pela democracia, pelo trâmite normal! Viva a Câmara Municipal, viva Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; esta Casa sempre foi a Casa da democracia, e o exemplo está nas galerias. Semana passada, as bancadas, sensibilizadas, abriram mão de usar o tempo de Liderança. Os Vereadores abriram mão de usar o tempo de falar de seus projetos. Hoje nós estamos na última Sessão do primeiro semestre, e o Governo vem nos pedir novamente para nós abirmos mão de usar o nosso tempo de Liderança; Vereadores que estão inscritos para discutir a pauta, Vereadores que estão inscritos em Comunicações para não falar de novo, porque o Governo tem pressa. O Governo não tem pressa nenhuma, porque ele poderia ter protocolado esses projetos no dia 02 de fevereiro; podia ter entrado com regime de urgência no dia 03 de fevereiro – não fez nada disso, deixou tudo para o final. O Governo já poderia ter iniciado a votação desses projetos na última sexta-feira e não o fez; mas hoje, que é um dia que, regimentalmente, é permitido que os Vereadores falem em Comunicações, que discutam a Pauta, que falem em tempo de Liderança, novamente o Governo quer tirar esse direito dos Vereadores. Isso não é certo. Podemos ficar aqui, como fizemos na semana passada, na segunda-feira, na quarta e na quinta-feira, o tempo que for necessário para votar os projetos. Mas não se viu isso na sexta-feira, nós estamos aqui e alguns não estavam. Na quinta-feira nós abrimos várias sessões extraordinárias e abrimos mão de usar o nosso tempo de falar por pedido do Governo, e hoje, novamente o Governo nos pede para não falar? Por que não votou na sexta-feira? Na sexta-feira, pedimos sessão extraordinária pela manhã, pela tarde e não foi possível; hoje queremos falar em Liderança dos nossos partidos, queremos falar em Comunicações, queremos falar dos projetos que estão em Pauta, queremos discutir os projetos que são dos Vereadores, porque há mais de 30 dias não discutimos os projetos dos Vereadores. Nós temos esse direito regimental e estaremos aqui para discutir e votar os projetos que são importantes para a Cidade, os projetos que são importantes para o Município. Não nos furtamos, em nenhum minuto, de estar presentes aqui e votar este projeto. Este é o encaminhamento do Solidariedade, este é o encaminhamento que a gente faz para que permaneça a sua soberania deste plenário, permaneça o direito dos

pág. 6

Vereadores de usar este púlpito e de fazer o que se faz num Parlamento, falar, falar, discutir, debater o melhor para a cidade de Porto Alegre, e usando o tempo que é destinado aos Vereadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Boa tarde, Vereadores e Vereadoras; colegas, queridos, bravos municipais e bravas municipais, heróicos municipais e heroicas municipais; a violência com que vocês foram tratados na semana passada, homens e mulheres, tem o nosso profundo repúdio e nós esperamos que nunca mais aconteça. Médicos, no final de semana, me diziam que nós podíamos ter tido colegas com convulsão, quiçá morte, com as medidas que foram tomadas gratuitamente, brutalmente, na semana passada nesta Casa. Mas de uma questão nós temos que nos orgulhar, o Estado inteiro, não é Porto Alegre só, o Estado inteiro está repudiando o tratamento dado aos municipais. Todas as categorias, em especial professores e professoras, tratados com violência. Ora, o mesmo que trata com violência, é o que tentou impor a esta Casa um ritmo aligeirado para cumprir os ditames de um Prefeito que se acha acima de todos, inclusive da lei – inclusive da lei! A Carris foi o primeiro alvo da fúria privatizadora do Prefeito Marchezan, que desde o ano passado, de maneira irresponsável, de maneira desrespeitosa, foi para a rádio, foi para reuniões de empresários dizer: “Quem quer comprar a Carris? Quem quer comprar? Estou liquidando! Olha só o que me dá de prejuízo! Para que me serve uma empresa que dá prejuízo?” Ironicamente, esse mesmo Prefeito agora tem que responder por atos ilegais de integralização de capitais na Carris. Digo aqui em nome da oposição – do PT e do PSOL: estamos dizendo há um ano e meio que esta Câmara Municipal de Porto Alegre não incorpore esse modo autoritário, absolutista, destruidor do serviço público que o Prefeito Marchezan quer impor nesta Cidade e que, infelizmente, tem apoio de uma parte pequena da Cidade. A Carris, senhoras e senhores, já foi laureada, já foi premiada como a melhor empresa de transporte público do Brasil por uma boa gestão. E o problema do Prefeito Marchezan é

que ele não sabe gerir o serviço público, ele tem raiva de funcionário público, ele não sabe o valor que tem o serviço público para garantir o direito dos homens e mulheres que não acessaram a educação, que não acessaram a renda, que não acessaram moradia nem saúde. Os direitos que estão na Constituição Brasileira, que ainda não chegaram na população precisam dos serviços públicos valorizados, qualificados, investidos e uma relação profícua, boa e dialogada com os servidores. E eu dizia semana passada: qual é o dono de empresa que despreza, humilha, assedia e atinge violentamente os seus servidores, os seus empregados? Qual é o dono de empresa que faz isso? Nenhum. E o Prefeito Marchezan faz isso, lamentavelmente, representando a cidadania desta Cidade, porque cada funcionário e cada funcionária que dá a vida por esta Cidade é funcionário e funcionária da Cidade. Esse aligeiramento e essa arrogância têm feito ele se atrapalhar e os Vereadores que defendem aqui também, porque já mudaram de posição muitas vezes: aceleraram a pauta, depois tiraram o quórum; hoje de manhã, não queriam o *impeachment*, fizeram recurso à Justiça, mas a Justiça não vota *impeachment*. Agora eles querem votar o *impeachment* porque não querem uma espada no pescoço! Não sabem mais como trabalhar, não dão legitimidade, não dão estabilidade à Câmara, porque perderam a razão! Porque perderam a razão! Porque atingir os servidores tira a legitimidade do Governo! Nós vamos votar e derrotar um a um os ataques ao funcionalismo e à Cidade. Fora Marchezan! Fora Marchezan!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado. Solicito aos Líderes que compareçam à Mesa para uma conversa com a liderança do Simpa. Por favor, preciso da presença dos senhores.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Peço que os dois lados das galerias nos ajudem para concluirmos uma negociação com a liderança do Sindicato. Muito obrigado.

(Pausa.)

Eu quero publicizar aos senhores e às senhoras que acabei de conversar com o Presidente Terres e com o Hamilton, na verdade, é a mesma conversa que tínhamos tido

na quarta-feira, que nós estamos liberando aos municipais a lotação do Plenário Ana Terra. Estamos determinando que seja ligada a televisão. A ocupação será até o limite de assentos que tenham dentro do plenarinho, como tinha sido na segunda-feira. E há o compromisso do Presidente Terres, do Hamilton e da Direção do Simpa de que não vai haver a forçação dessa porta aqui e de que não vai haver a intenção de ocupar o Plenário Otávio Rocha para além da sua capacidade – esse é o compromisso, compromisso de homens e mulheres de palavra. Então, eu agradeço a colaboração, com o aval de todos os Srs. Vereadores, da oposição e da situação, inobstante tenha acontecido aqui, nesta semana, assumindo esse risco, mas pedindo essa contribuição, essa colaboração. O risco é de não ter conflito aqui dentro. Ninguém quer o conflito. Mas eu acho que falar faz parte do processo, então, eu peço que os dois lados tenham esse direito democrático de se manifestar também. Na hora da fala da tribuna, aí não; na hora da fala da tribuna, vamos respeitar o Vereador que estiver falando, é só isso que eu peço, é isso que não tem acontecido muitas vezes. Às vezes, o Vereador está aqui... Então eu peço aos dois lados – e é próprio da democracia ter dois lados – que respeitem os Vereadores que estiverem na tribuna; após as falas de tribuna a Presidência vai conceder tempo para as galerias se manifestarem, se assim for o desejo das galerias. Muito obrigado. Damos prosseguimento a nossa Sessão.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, desculpem a minha rouquidão, eu estava ontem, até a meia-noite, salvando um cavalo lá na cidade de Alvorada – mais um.

Queria fazer uma breve saudação de forma muito fraterna e generosa ao serviço público municipal que está aqui. Hoje eu recebi inúmeros WhatsApps e reafirmo, mais uma vez: eu sou um cara que tem uma causa – quem me mandou WhatsApp ouviu isso – que é a causa dos animais. E no final desta fala, ou depois, em Liderança, falarei sobre ela. E pelo serviço público municipal, até pela minha causa, não tenho como votar contra, assim como não votei nos quatro anos, não votarei não somente aqui, mas em qualquer espaço, porque é uma questão de origem e de princípio. Para quem acredita, como eu, que quem falta é ausência para aqueles que não têm, porque ausência de segurança pública para

quem precisa, a ausência de saúde é para quem precisa, que é o povo pobre de educação; e da minha pauta, que inexistente política pública, não tem como eu ser contra o serviço público municipal. E eu queria aqui também fazer uma saudação aos cargos comissionados aqui presentes, sem constrangimento e com todo o respeito pelo seguinte: primeiro, nenhum CC é inimigo número um. Que momento político terrível que nós vivemos. Aqui todo mundo tem CC, o PT, o PSOL, o PDT, o Janta, eu, todo mundo tem CC! Todos os mandatos. Então é uma demagogia imensa, consequência da política. O Thiago, todos aqui têm CC nos seus gabinetes, ou no Governo, se não tem aqui, tem em Canoas, tem em Cachoeirinha, tem em Gravataí ou teve em qualquer governo. Então, gente, essa disputa aqui é frágil, imbecil, idiota, eu não gostaria de estar vivendo este momento político. Sabem por quê? Porque hoje nós vivemos em uma era de que aquilo que é contrário a nós é nosso inimigo. A Dilma teve seu *impeachment* por um movimento político. Eu fui contra ao *impeachment* da Dilma; eu votei no Lula, votei na Dilma, e votaria de novo, por democracia! Essa mesma democracia das pessoas que se dizem contra a Dilma, porque dela não gostam, ou daquelas que querem judicializar: se eu não gosto do Janta, eu meto um processo nele! Se eu não gosto do Valter, eu meto um processo nele! Que momento lamentável, que momento baixo da política! Aí, agora pedem o *impeachment* do Marchezan, ao que também sou contra, sabem por quê? Porque nós temos que ser contra como fomos contra o *impeachment* da Dilma. O próprio Marchezan esteve favorável ao *impeachment* da Dilma. Na minha opinião, uma contradição ampla, mas eu serei contra porque é um absurdo nós darmos o *impeachment* a alguém por termos diferenças. Se procuramos motivos em qualquer governo, Ramiro, teremos um prefeito por mês! Se nós tivermos aqui 500 municípios, nós acharemos dez motivos para pedir *impeachment* de todos, do Governo do Estado, do Governo Federal. Então, o que eu quero é ser racional, eu acho uns idiotas esse pessoal do MDL! Um povo idiota, falo aqui abertamente! Acho o Bolsonaro a esquizofrenia da política, lamentável, é um cara doente! Eu sou um doente, mas sou um doente alegre, ele é um doente agressivo, é um doente baixo! Eu também acho que a política deu espaço, hoje, para um indivíduo pegar o celular, sair debochando dos outros e isso virar espetáculo. O MDL faz isso, sai gravando, tirando sarro. Eu até oriento o pessoal que, quando o MDL fizer isso, gente, entrem no deboche, brinquem com eles, digam que eles sabem muito, nós acabamos com essa turma, mas nós não podemos reproduzir isso. O que de pior que a direita fascista

inventou foi esses idiotas, que pariu Bolsonaro, nós não podemos reproduzir, sabem por quê? Porque nós, humanos, acima de partido político, gente, a política pública precisa ir naqueles que mais precisam, no povo pobre. São eles que pagam o preço mais alto. Então vamos tentar elevar o nível... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos que nos acompanham, colegas, Presidente, eu já falei aqui, na última sessão, que eu detesto qualquer tipo de preconceito e acho que ninguém é subclasse por qualquer tipo de atividade profissional, nem vocês nem os servidores públicos municipais de cargo de confiança. Eu quero deixar muito claro que sempre os bons vão pagar pelos maus. E o pai e a mãe que são CCs no serviço público, muitas vezes, ajudam, na ponta, no atendimento do serviço público, quando vocês têm direito de fazer greve, por exemplo. Segundo, pelo menos nós testemunhamos, no ano passado, quando houve paralisação, vários servidores de cargo de confiança nos albergues atendendo, distribuindo comida para que o albergue não fosse fechado. E quero deixar clara uma coisa, Presidente, o que nós estamos fazendo aqui para não sair da pauta? Nós estamos encaminhando um requerimento, feito aqui no microfone, em respeito a quem veio, para que a gente entre na Ordem do Dia e debata os projetos que são do interesse de vocês e de toda população, não de interesse de um partido ou de uma corporação. A Previdência Complementar que está na Ordem do Dia é para ser debatida para fazermos o nosso trabalho perante a sociedade, e não usar aqui o encaminhamento do requerimento para fazer politicagem da mais rasa. E eu quero deixar claro para a Ver.^a Sofia que disse aqui que hoje de manhã os Vereadores da base queriam não votar a admissibilidade, me desculpa, Ver.^a Sofia, a senhora mente novamente. Não teve nenhum Vereador, nem da oposição, hoje pela manhã que disse que não queria votar. A base do Governo e vários Vereadores interromperam atividades para estarem aqui por responsabilidade à sociedade e queriam votar em acabar com a banalização desses pedidos aí de processo de *impeachment*. E eu quero deixar muito

pág. 11

claro que nós temos aqui a informação de que o autor do processo de *impeachment* do ano passado está preso e fez um vídeo dizendo que ele teve, sim, influência desta Casa para fazer o pedido e nós estamos averiguando isso.

Segunda coisa importante que eu preciso dizer aqui: querer votar o processo de admissibilidade ou não, não nos permitiram e nós acolhemos porque veio uma medida judicial – é um esclarecimento que eu faço para as pessoas. Senão, este plenário estaria fazendo requerimento para votar hoje, sim, o processo de admissibilidade ou não para encaminhar “não” à banalização desses pedidos, senão esta Casa nunca vai poder discutir o real interesse, que é o interesse de 1,5 milhões de porto-alegrenses. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, municipais que estão aqui conosco, eu creio que o quadro que a Cidade expressou nesses dias na Câmara de Vereadores é muito grave. É muito grave, e o Moisés sempre reivindica que é filho de professores. Nós, aqui, nessa semana, tivemos uma ação da polícia de choque que foi um escândalo. Foi uma ação da polícia de choque que foi um desrespeito completo contra os professores, contra os funcionários públicos de modo geral, contra os servidores da Câmara de Vereadores, pois o gás lacrimogêneo foi generalizado na Câmara de Vereadores. Foi uma ação política do Governo porque o senhor quer ser líder na Câmara. Isso é que o senhor deveria responder. Isso não tem nada que ver com democracia. (Palmas.) O Governo Marchezan, nessa semana, mostrou, e eu acho que o Presidente da Casa atuou de modo antidemocrático também ao autorizar. A ação da Polícia de Choque é a principal cara do seu Governo! Esse é o diálogo do Governo Marchezan! (Palmas.) E nós temos um quadro de servidores públicos no País que quem começou a tentar demonizar, Ver. Rodrigo Maroni, foi o Collor, foi o primeiro. Nós vimos o que o Collor significa. Há uma tentativa de governos neoliberais de tentar responsabilizar os servidores públicos da ponta pelo descalabro que o Estado que eles administram. Administram a favor dos interesses de uma minoria privilegiada, de

grandes empresários, que seguem ganhando as custas do próprio estado. E esses políticos os beneficiam. O Prefeito Marchezan acha absolutamente natural que nós tenhamos doze famílias que detenham a riqueza de 100 milhões de brasileiros. O Prefeito Marchezan acha natural que nós tenhamos um quadro no serviço público no qual o Congresso Nacional, com o voto dele, votou por 20 anos o congelamento de gastos em saúde e educação, dos investimentos em saúde e educação. O Prefeito Marchezan tem como linha destruir o serviço público. Essa é a linha ideológica do Prefeito Marchezan. Ele acha que tudo que vem dos grandes empresários é algo bonito e que deve ser apoiado, independentemente da concentração de renda. Mas, no serviço público, o Prefeito Marchezan tem a linha de reduzir os salários, seja de modo indireto, como foi com o aumento do Previmpa, como foi agora com a proposta de previdência complementar, que também é uma forma de reduzir salário indiretamente; ou seja de modo indireto, quando não garante reajuste salarial para os servidores. A linha do Prefeito Marchezan é essa. (Palmas.) Então os servidores que estão aqui, para que vocês saibam, a população precisa saber, tem muitos servidores aqui que estão em greve. E eles estão aqui não porque eles acham muito bonitos os discursos das Vossas Excelências; eles estão aqui não porque seja uma maravilha assistir à sessão da Câmara, eles estão aqui para não terem os seus direitos roubados como o Prefeito Marchezan quer roubar! (Palmas.) Então o Prefeito Marchezan quer provocar conflito na Cidade. É isso que o Prefeito está fazendo, é um Prefeito que só provoca conflitos. Provoca conflitos para atacar a saúde, para atacar a educação, agora quando mandei, Moisés, CPI para investigar a corrupção no DEP, aí o Prefeito Marchezan não apoiou porque esse conflito ele não quer comprar. Um conflito contra aqueles que tiveram ação de corrupção no interior da Prefeitura o Prefeito Marchezan e o PSDB não quer comprar. Por que será que não quer comprar? Talvez vá encontrar aí alguns de seus aliados políticos. Então nós estamos querendo debater, o Prefeito Marchezan tem provocado conflitos à toa, conflitos que atrapalham a vida da Cidade. Aqui tem servidores em greve que estão usando seu direito de greve para se manifestar. Alguns líderes do Governo trazem cargos de confiança que tem que ser respeitados, mas que deveriam estar trabalhando e não acompanhando a Sessão da Câmara.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Antes de passar a palavra ao Ver. Mauro Zacher, mais uma vez o Presidente foi referido, vou deixar muito claro e consignado, Ver. Robaina, e o senhor sabe disso, e lhe digo olhando no grão do olho: o Presidente está aqui e tem tido como única postura e único refúgio o cumprimento do Regimento. O senhor sabe, compreendo como gesto político ou estratégia política sua querer vincular o Presidente a A, B ou C, o Presidente não tem vinculação senão com a Casa e com o Regimento...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): E infelizmente a atuação, que eu também lamento, da força policial aqui se deu só após o processo de depredação dos espaços aqui da Casa.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): É, sim! O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente Valter, eu não tenho procuração para defender aqui...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Bom, tem tudo filmado e documentado. Desculpe, Vereador.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente Valter, eu não tenho procuração para defender, e nem se faz necessário, o Ver. Robaina, mas quero dizer a Vossa Excelência que subi a essa tribuna, eu e outros Vereadores, e solicitamos a V. Exa. que retirasse a Brigada daqui. (Palmas.) Nós sabíamos onde iria parar aquilo, pela nossa experiência, pela minha, já de ex-presidente. Quero dizer a Vossa Excelência que a Casa tem que agir

em equipe. Nós, aqui, presenciamos cenas que jamais nós tínhamos presenciado na nossa história. A segunda questão, Presidente, se o Regimento fosse cumprido, Presidente, a Justiça não tinha nos concedido liminar. Nós votamos aqui, na quinta-feira, sob a proteção de um mandado impetrado por nós, que garantiu aqui que fosse cumprido o cronograma, que fosse garantido o Regimento. Então, eu quero reforçar isso, Presidente, porque este é um momento triste que nós estamos vivendo na nossa Câmara Municipal. A terceira questão, o Líder do Governo, Ver. Moisés, subiu a esta tribuna, e fez aqui algumas ponderações em relação aos Requerimentos que poderiam ser aqui – acusaram alguns Vereadores, ou a oposição está fazendo aqui alguma manobra para tentar procrastinar e tentar inviabilizar o processo. Eu quero dizer pela vez, Presidente, que este Vereador e alguns outros Vereadores que não conseguira, somar 19, estávamos aqui para votar, na sexta-feira, o cronograma estabelecido. E, Presidente, com todo respeito, V. Exa. não chegou no horário. Nós estávamos aqui.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT) : Presidente, o senhor fale o que o senhor quiser, eu, inclusive, vou falar algumas visitas que o senhor me fez, enquanto Secretário, o senhor era Presidente do partido, algo que não era muito republicano, mas eu falo, se o senhor quiser vir ao debate comigo. Eu estou fazendo aqui uma discussão. A quarta questão, Vereador, é que para mim não há nada mais anacrônico que um capitalismo que enxerga a não valorização do trabalhador e do servidor. Esse capitalismo anacrônico que não entende isso e que não percebe a importância de nós termos, só viabiliza o capitalismo quando há servidores, quando há renda, e quando há renda, há consumo. Esse é o nosso entendimento, esse é o nosso encaminhamento. Nós entendemos isso quando decidimos votar contra esse projeto, o PL nº 008, do Executivo, para que nós pudéssemos, então, garantir que esses direitos – nós derrubamos o projeto do Governo – pudessem ser mantidos. Por isso, nós mantemos aqui a nossa linha; por isso, nós estamos aqui resistentes a alguns projetos – outros, votamos a favor. Já foram apreciados e aprovados quatro projetos do Executivo.

Eu espero, Presidente, que o senhor não entenda as minhas colocações aqui como ataque pessoal, porque não estamos fazendo isso. Eu espero, Presidente Valter – presta

atenção, Presidente –, que nós aqui possamos fazer um bom debate. Presidente. Presidente Valter, o senhor não vai ficar de costas para mim. Presidente! Presidente! Bom, o Presidente Valter não quer me escutar, não tem nenhum problema nisso. Eu tenho entendimento que nós aqui tivemos um fato e episódios que nós não queremos mais na nossa história. Eu quero aqui fazer um bom debate. O Executivo tem os seus projetos. Vamos enfrentar aqui, cumprindo e garantindo o Regimento, e que a maioria estabeleça se era a favor ou não. Espero que a gente possa garantir que os ânimos permitam o bom debate. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Presidente, nós recebemos dois documentos, e eu gostaria de encaminhar a V. Exa. para que a Câmara se posicione sobre uma eventual situação, inclusive, de improbidade da direção do Previmpa; porque, se de um lado, o órgão máximo do Previmpa, um órgão superior, de deliberação exarou um parecer contrário ao projeto que entrará na Ordem do Dia - e por isso está em debate agora se ele entra -, e a direção-geral se posiciona favorável. Ela, que participa do Conselho, não incorre em processo administrativo?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não é uma Questão de Ordem, a senhora me desculpe, a senhora, fundamente o seu requerimento, encaminhe por escrito à Diretoria Legislativa, e será examinado. Muito obrigado.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Obrigado, Presidente Valter Nagelstein. Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero cumprimentar todos que estão nas galerias, sejam bem-vindos na Casa. Presidente, estamos aqui discutindo o Requerimento do Ver. Moisés, que quer votar. Nós concordamos, vamos votar favorável ao Requerimento do Ver. Moisés porque, se há projetos na Casa com urgência, devemos, sim, apreciar esses projetos e votar conforme a consciência de cada Vereador. Presidente, também quero fazer uma breve colocação, sei que V. Exa. não precisa que o defenda, mas sei como funciona, já fui Presidente desta Casa e sei da responsabilidade de presidir uma Sessão,

principalmente Sessões quando temos matérias divergentes, onde a população, a sociedade ou alguém como os servidores divergem, o quanto é difícil, e temos que tomar decisões muitas vezes no afã. Quero lhe dizer, Presidente, que, quando V. Exa. chamou a Brigada Militar, que são servidores do Estado, então também são servidores públicos que prestam excelentes serviço à nossa sociedade, tenho certeza de que todos nós aqui sabemos da importância da Brigada Militar quando chamou, tenho certeza de que V. Exa. chamou para garantir a segurança da Casa e porque existia uma causa. Então, quero-lhe dar todo o meu apoio por ter chamado a Brigada Militar para garantir a segurança dos servidores desta Casa e dos próprios Vereadores, inclusive dos servidores públicos que estavam aqui presentes. Porque temos que definir, nós temos excelentes servidores na Casa, no Município, no Estado, no Governo Federal; temos excelentes políticos, temos excelentes empresários, advogados, médicos, mas tem outros que nem tanto. Tem alguns que deixam o serviço de lado para defender corporações, para defender partidos políticos, enquanto outros estão lá trabalhando, dando duro, trabalhando pela Cidade. Nós, Vereadores, representamos a sociedade como um todo, Presidente, fomos votados por toda a sociedade, representamos cem por cento da sociedade, somos um milhão e meio de pessoas na cidade de Porto Alegre. Nós defendemos toda essa população e não uma corporação, um sindicato; pelo menos, deveria ser assim. Quando V. Exa. toma a decisão de manter a ordem, Presidente, V. Exa. sempre terá o meu apoio. Naquele dia, os ânimos estava bastante acirrados pela divergência entre alguns Vereadores, divergência com a plateia. Nós presenciamos, Presidente, alguns Vereadores que saíram para ir ao seu gabinete e não conseguiram retornar ao plenário. Outros servidores da Casa que estavam no plenário... A própria Guarda – também são servidores públicos –, a nossa Guarda Municipal, que presta um serviço de segurança, que nos presta um excelente serviço na Câmara Municipal de Porto Alegre e em toda a Cidade, estava acuada, estava com medo dos próprios colegas de trabalho. Infelizmente aconteceu isso. Quando V. Exa. teve que tomar uma medida extrema, que é difícil, e tenho certeza de que, quando V. Exa. tomou aquela medida extrema de pedir reforço da polícia militar, o fez pensando na segurança do todo, da Casa como um todo. V. Exa. tem o meu total apoio.

Quero dizer que o que me surpreende é a mudança de algumas pessoas. Alguns Vereadores que, hoje de manhã, queriam votar o pedido de *impeachment*, à tarde,

gostariam de ler primeiro, antes de votar. Eu não entendo: de manhã, estavam preparados para votar; na parte da tarde, tinham que estudar o processo. Outros queriam votar e, na parte da tarde, não queriam votar mais. Mas tudo funciona, é claro, faz parte da política, e nós votaremos favoravelmente ao Requerimento do Ver. Moisés Barboza. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Vereador Mauro Pinheiro, eu espero que esse apreço a Guarda Municipal, o Governo tenha também na hora de chamar os concursados do concurso, que esta Casa, por emenda do Ver. Carús, já colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Porto Alegre, reservando um bom recurso para o chamamento dos concursados. Espero que, na prática, se confirme isso. E está falando quem fez na prática, pois em 2013, quando fui Presidente, fiz um convênio com a Guarda Municipal ao invés de contratar uma empresa de fora para fazer a segurança da Câmara. Também queria, Ver. Mauro Pinheiro, que essa questão que o senhor levantou sobre a totalidade do pensamento político da Cidade, também fosse respeitada no ordenamento das votações aqui, que o Executivo não precisasse colocar 16 projetos em regime de urgência, banalizando o regime de urgência e atropelando todas as Comissões permanentes desta Casa num flagrante desrespeito ao Parlamento. Quero dizer, com muita tranquilidade, que votei sim pelas carreiras públicas, pelo impedimento do uso político dos regimes, que é o que aconteceria se o PL nº 008 fosse aprovado. Não há nada constante em nenhum projeto que versa sobre os servidores do Executivo à questão da meritocracia; é só retirar direito, é só colocar os servidores para fora do serviço público. Há um plano de carreira, Ver. Mauro Pinheiro – e o senhor sabe disso – que custou mais de um milhão de reais e que está engavetado na Prefeitura de Porto Alegre; custou dinheiro público. Por que esse plano de carreira, ao invés deste projeto, não veio para ser discutido no Parlamento? Quero dizer, alto e bom som, que tenho dúvida na questão do *impeachment*. Quero ver aqui, e estou dando um prazo até o início da votação

pág. 18

desse processo, os decretos. E quero ver, sim, se há dolo na ação do Prefeito. Se houver dolo na ação do Prefeito, eu vou votar pelo segmento da investigação, com muita transparência. Não adianta a mídia governista tentar vincular o posicionamento dos Vereadores, tem que se eleger pelo voto para dar opinião. Quero dizer, sobre o projeto do Previmpa, que ele aumenta os gastos públicos! Quero dizer que ele está contra o parecer do Conselho de Administração. Quero dizer que ele cria quatro cargos comissionados, cada um com o valor de um Secretário! É importante que a população saiba disso! Ele é mais caro que o Previmpa! Quero dizer, por fim, que a cidade precisa discutir. Precisa, de uma vez por todas, discutir o IPTU; precisa discutir o artigo do IPTU que desonera os imóveis não residenciais do centro da Cidade em 25%. Quero dizer que precisa discutir aquele que retira, que diminui a alíquota dos grandes terrenos baldios. Nada contra isso, mas não pode a classe média pagar de novo pelo aumento do IPTU. Não pode o cidadão de Porto Alegre ser inquilino do seu próprio imóvel, pagando aluguel para a Prefeitura! A sociedade está cansada de aumento de impostos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **PROVADO** por 24 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Quero registrar o aniversário do Ver. João Bosco Vaz, no dia de hoje. Desejamos muita saúde e vida longa ao Vereador. Parabéns. (Palmas.)

(16h06min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA...

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCE nº 005/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente Valter, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos acompanha aqui nas galerias e também pela TVCâmara. Nós tivemos, Ver.^a Sofia, Líder da oposição, nesses últimos dias, embates muito fortes aqui nesta Casa, tira quórum, bota quórum, prioriza debate no colegiado de líderes, delibera no colegiado de líderes, delibera de novo no colégio de líderes, alterando o resultado anterior, mas tudo dentro do que preceitua o Regimento desta Casa e o jogo político institucional. Pois na quinta-feira nós tínhamos uma ordem pré-estabelecida aqui nesta Casa, que colocava, primeiro, o projeto da previdência, depois o nº 08, depois a Planta de Valores. Pois o Ver. Dr. Thiago nos abordou lá na Sala Adel Carvalho – estava eu, o Líder do Governo, o Ver. Mauro, tinha outros Vereadores -, nos solicitando para que fosse alterado, Ver. Prof. Alex, V. Exa. que é o autor do requerimento. Aí não foi deliberação. Em um primeiro momento, inclusive, nós não demos a concordância, porque aí dependia de acordo. Para alterar, depois que está definido no dia, só mediante acordo. E, para mim, acordo é acordo. Uma coisa é deliberação, quando se debate, quando se vota dentro do princípio regimental, dentro do princípio democrático. E eu sou daqueles que, agora, até tenho um pouquinho de bigode, mas não precisa ter um fio de bigode na cara para cumprir quando é acordo firmado! Vocês não sabem o que é isso: acordo, até porque muitos foram feitos e muitos foram quebrados. Portanto, eu rogo, primeiramente, a retirada do pedido. E, logicamente, se não for possível a grandeza de entender que os acordos estão acima de qualquer coisa na política, que não precisa assinar, que não precisa ter compromisso registrado em cartório, para se ter compromisso a hombridade de cumprir aquilo que é acordado! Eu nunca precisei, Ver. Cláudio Janta, ao longo da minha trajetória política, assinar acordo. Nunca precisei assinar acordo, Ver.^a Sofia Cavedon, que inclusive estava nesta tribuna e disse que não dava o acordo. E eu perguntei para o Ver. Dr. Thiago: “Vai ter acordo, Dr. Thiago?” E só teve acordo porque a Ver.^a também deu acordo, porque senão não teria, só com o acordo de todos poderia se alterar a ordem, na quinta-feira! Portanto, não tem problema, se não houver grandeza para o cumprimento do acordo, nós vamos encaminhar pela não aceitação da mudança da priorização e vamos votar Sim à previdência complementar. E quando formos discutir a previdência complementar, vamos discutir o mérito e muitos que estão aqui vaiando verão

que inclusive é um projeto bom e importante para uma grande parcela dos servidores. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Obrigado, Presidente Mônica, eu quero me dirigir aqui aos funcionários público. Eu sou daqueles... E vocês podem contar que, infelizmente, o ano que vem e nos outros anos estarão aqui, porque, como foi muito bem falado aqui, o serviço público sempre é a válvula de escape para os governos atacarem. Sempre falam que não tem corrupção, que não tem esquema, que o Estado foi quebrado e empurram para cima do serviço público municipal. Isso é histórico. Eu me lembro, quando eu era menino, tinha cinco anos, indo com meu pai para frente do Paço Municipal, em 1986, na luta dos bancários, e era a mesma luta. Diziam que não havia esquema, que não havia corrupção, e eu vou dizer ainda: nós estamos num momento pior, porque hoje a corrupção é chinela na política. E sabem quem é que paga essa conta? Não são os CCs nem os servidores, porque nós somos todos pobres aqui. Nós vivemos num País tão idiota que um indivíduo é canonizado, é colocado como um líder a ser seguido porque nasceu simplesmente com uma habilidade motora de jogar com os pés e ganha R\$ 700 mil, enquanto um professor ganha R\$ 2 mil ou R\$ 3 mil, enquanto um funcionário no hospital ganha R\$ 2 mil ou R\$ 3 mil, enquanto até um CC ganha R\$ 2 mil ou R\$ 3 mil. Que país é este em que vivemos? Onde juiz ganha auxílio-moradia, jogador de futebol ganha R\$ 700 mil, Fernandinha, por segundo, o Neymar ganha para fazer propaganda! E nós estamos discutindo aqui tirar daqueles que ganham R\$ 5 mil, que ensinam? E eu quero perguntar que função social cumpre o Neymar, ou que cumpre um juiz? Que função social cumpre um professor? Que cumpre um funcionário no posto de saúde? É por isso que eu digo para vocês, com toda tranquilidade, que momento lamentável. E eu vou batalhar, aqui, pela luta pelo servidor público como por princípio, sabem por quê? Por princípio nós vivemos no Terceiro Mundo, num país desigual, onde quem pega a migalha

pág. 21

da política pública que não tem investimento nem para qualificar a política pública, é o povo pobre. Eu acho que quem tem vergonha na cara não pode defender empresário rico, grandes multinacionais e tirar do povo pobre. Isso, por princípio! Ainda mais a política, que não pode ser privatizada, Carús; não pode. De forma nenhuma. Eu vou dizer para vocês que eu sou uma das pessoas que vivo numa contradição interna e emocional muito grande por ter que viver e ver isso. Eu, sinceramente, me sinto muito mal, Alex. Eu estava falando com alguns professores, peguei a causa animal talvez para me esconder um pouco da realidade, porque a causa animal nem isso tem. Ontem eu estava falando lá em Alvorada que falta para segurança pública e para a saúde, está uma imundície, está uma porcaria, nós vivemos em cidades quebradas, quebradas! E para os animais está abaixo da linha negativa!

Nós estamos aqui nos digladiando e eu vou lutar sempre, seja neste ano ou no ano que vem, sempre, pelo serviço público, num país onde um jogador de futebol ganha bilhões para um monte de idiotas irem lá aplaudir e esse ser líder sem fazer nada! Sem fazer nada! Simplesmente por ter nascido com uma capacidade motora. Tarciso, a tua época era outra, eu não estou batendo em ti. Na tua época ainda era um pouco igual, tu mesmo disseste que era pobre, e continua de vila, e o futebol ainda era razoável. Hoje está degradingolada a coisa. Entendeu? E outra: não vem defender porque é um Neymar e milhões de meninos na droga, no crime, dentro dos bairros e o futebol não pega. E os professores têm que fazer sabe qual papel? Sabem que papel? O Estado não oferece alternativa, esse indivíduo tem toda chance de ir para o crime, para dentro do Presídio Central. Ser preso! E eu não estou dizendo aqui vítima da sociedade, vítima da realidade – da realidade! E o professor ainda tem que educar dentro da Cruzeiro, da Restinga, do Lami, Alvorada e Viamão, quando o crime oferece do lado de cá, ganhando pouco para tentar salvar, de dez, talvez um.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, atenha-se ao tema.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Então, detendo-me à pauta, eu defendo a gente discutir, acabar logo e ganhar logo. Mas, pelo amor de Deus, tem que ter muita falta de vergonha na cara para não defender um professor, um funcionário público que ganha pouco. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR ALCADIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente em exercício, colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde, os municipais, CCs, cargos de confiança, todo o cidadão e cidadã que acompanha a nossa sessão pelo canal 16. Nobre Presidente, primeiro eu queria dizer que pela Portaria nº 220, o Governo Municipal, Prefeito Municipal, liberou os CCs para fazer parte ou acompanhar o plenário aqui na Câmara. E os municipais? Eu quero saber se vai reconhecer o momento de greve ou vai descontar dos funcionários? A Portaria nº 220 libera os CCs, e estão aqui! Então, nobre Presidente, gostaria que fosse disponibilizada para as bancadas a relação dos CCs liberados para acompanhar o plenário. (Palmas.) O Prefeito Municipal iniciou a sua gestão com a reforma administrativa, dizendo que iria reduzir os CCs. Iniciou com 68 CCs no seu gabinete e já passam dos 128 CCs no gabinete do Prefeito! (Palmas.) Então não se trata aqui de dizer que ele, na verdade, está sem recursos, porque ele não demonstra claramente que ele está cortando na própria carne. Mas para admitir servidores ou retirar direitos conquistados ao longo de sua carreira, ele mantém aqui todos os projetos em ritmo de urgência. Lamentavelmente! O Prefeito, além disso, liberou mais de R\$ 5 milhões para a mídia, liberou mais de R\$ 3 milhões para alugar um escritório para uma secretaria no Centro da Cidade, liberou mais de R\$ 3 milhões para fazer uma consultoria na Carris, para poder privatizar. O Governo está dizendo que não têm dinheiro, e os senhores sabem o que diz o projeto do IPTU? Olha a contradição: ele mesmo diz que a Bancada do PT deveria votar favorável porque ela dialoga com o imposto progressivo. Nós, da Bancada, devolvemos para ele dizendo o seguinte: o senhor retira o PL nº 008 – que perdeu, não retirou – e modifica três pontos fundamentais, o primeiro, retirando o desconto do Centro Histórico da Cidade, de 25%; o segundo, mantendo o mesmo imposto para os vazios urbanos, porque, quem manda nos vazios urbanos de Porto Alegre? As grandes áreas vazias? O grande empresariado. Ele baixou o imposto dos vazios urbanos, e ele aumenta nos próximos três anos em mais de 100% o valor venal, 30% no primeiro ano, no segundo, 30%, no terceiro mais 30% sobre os 60. E

pág. 23

o Governo está dizendo que não está taxando a classe pobre e média. Está, sim, taxando a classe média, e mais do que isso, está isentando a classe rica em Porto Alegre.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Não é por acaso que no projeto do IPTU a própria base do Governo, três Vereadores do PP votarão contra o IPTU. É por isso que queremos aqui uma sinalização real e concreta, e queremos votar o IPTU primeiro. Nós sabemos que o projeto da previdência são mais de quinze emendas. Os senhores acham que vamos terminar de votar hoje? Claro que não! E aí o Prefeito vai pedir extraordinárias para nos embretar de novo, ele dizer que quer que os Vereadores trabalhem? E ele, está trabalhando? Nós, inclusive, percebemos que o Governo Municipal está perdido. O Governo Municipal entrou com uma pauta priorizando 16 projetos nesta Casa. Nós vamos levar três meses para votar esses projetos. E projetos da Casa e dos Vereadores, até então, nada. Portanto, nós queremos que neste dia, é claro que o governo se articulou, acabou mudando alguns Vereadores. Para concluir, Nobre Presidente, tenho aí talvez uma opinião de que venceria o projeto da Previdência. Mas porque não também votar o IPTU no dia de hoje. Nós queremos votar o IPTU. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): o Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar o Requerimento de sua autoria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores, eu subo à tribuna para fazer o encaminhamento, como Autor, desse pedido de inversão da ordem do Dia. Nós temos, ou tínhamos, duas possibilidades, Ver. Aldacir Oliboni, conforme havia sido acordado na Reunião de Líderes de quarta-feira, tínhamos como rescaldo o projeto da Previdência Complementar e o projeto do IPTU. Eu tenho plena convicção de que esta Casa Legislativa já tem um grau de amadurecimento muito maior no que diz respeito ao projeto, o PLE nº 005/18, que é o projeto do IPTU, do que o Projeto da Previdência Complementar. Primeiro, porque, ambos entram com pedido de Regime de Urgência por

parte do Prefeito, o Junior, que faz com que os projetos não passe, pelas Comissões permanentes desta Casa, como seria o seu trâmite regulamentar.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): O que foi? Não compreendi. Junior? Muito bem, continuando a minha exposição. O Prefeito Junior, então, pede a urgência em 16 projetos de lei, não passam pelas Comissões Permanentes desta Casa, não têm debate interno aqui, não há o cumprimento de algumas obrigações para que sejam apreciados neste plenário, porém, o projeto do IPTU já foi protocolado no ano interior, em 2017. Já houve, nesta Casa Legislativa, debate prévio, bastante acirrado, meu colega Ver. Roberto Robaina, no ano anterior. Nós tivemos também uma Comissão Especial, presidida pelo Ver. Mauro Pinheiro, que compõe a base do Governo, que funcionou, levantou debate e discutiu. Portanto, o projeto do IPTU já apresenta um grau maior de maturidade para ser levado à votação. Esse é o meu entendimento, e eu creio que dificilmente nós teremos aqui, entre as 36 cadeiras que compõem este Legislativo, alguma alteração de voto no projeto do IPTU. Não há. Os Vereadores e Vereadoras que compõem esta Casa Legislativa já têm sacramentada a sua posição com relação a esse projeto de lei. Portanto, se ele está com maior grau de maturidade em termos de debate e em termos de discussão interna neste Parlamento e se todos os Vereadores, acredito eu, já têm sacramentada a sua posição com relação a esse projeto, que ele seja votado anteriormente. Avancemos naquilo que já tem uma configuração pré-determinada e deixemos para mais tarde aquilo em que ainda podemos avançar, para que ainda possamos discutir, para que ainda possamos construir argumentação para votarmos de forma mais clara, mais racional e mais consciente.

Fica aqui o meu encaminhamento de que o projeto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana já tem condições de ser apreciado, já tem condições de ser votado pela maturidade da discussão nesta Casa Legislativa, pelo consenso de diferentes partidos, diferentes siglas. Além disso, na cabeça dos 36 Vereadores e Vereadoras, já há uma pré-definição quanto ao seu posicionamento. Portanto, creio eu, esta é a decisão mais segura e mais coerente a ser tomada na tarde de hoje: que votemos ou pelo menos iniciemos a votação pelo PLE nº 005/18. Cabe destacar também que o projeto da

previdência complementar é um projeto novo, ele não estava em tramitação no ano passado e, portanto, não teve o avanço necessário para que nós pudéssemos discutir, dialogar e formar as nossas decisões e convicções. Portanto, deixo aqui o meu recado, espero que possamos apreciar primeiramente o projeto de IPTU. Grande abraço a todos. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente Mônica, todos que nos acompanham. Estamos aqui encaminhando o Requerimento, para deixar claro que somos totalmente contra o seu requerimento por um motivo simples, e como é engraçada esta Casa aqui. Os Vereadores passaram a semana inteira fora, concordando, pedindo para avaliar a planta de valores do IPTU por último, e mudaram de ideia. Não querem discutir previdência complementar, não querem discutir um projeto, e eu fico muito perplexo com a bancada do PT, porque a previdência complementar foi defendida pelo PT, pelo ex-Presidente Lula, pela ex-Presidente Dilma, e aí a coerência do PT fica onde? Eu sei onde fica. Fica abaixo dos interesses eleitores deste ano das eleições. É uma irresponsabilidade defender até agora que o IPTU... Diziam: “Moisés, tira o regime de urgência, deixa o IPTU para depois”. Agora encaminho aqui uma inversão. Por que não querem fazer a discussão pública sobre a previdência complementar, que é o que está em pauta, que é o que está acordado? Alguém aqui é bobo? Ninguém é bobo aqui! Segunda coisa que preciso dizer, já subi aqui para desmentir algo que foi dito, farei novamente: Ver. Oliboni, peço que o senhor me apresente aqui, neste momento, o decreto que o senhor disse que tem do Prefeito, dispensando CC e pedindo para vir para cá, porque isso é (O Ver. Aldacir Oliboni, em Requerimento, solicitou a retirada da expressão do pronunciamento do Ver. Moisés Barboza, tendo sido deferida pela Sra. Presidente.). Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nós estamos votando um requerimento de inversão de pauta, para mudar a ordem da votação, todavia alguns Vereadores subiram aqui e debateram matérias já vencidas, discutidas durante a semana. Eu quero primeiro dizer, Ver. Alex Fraga, que, na primeira vez que foi colocado em discussão, na reunião de Líderes, a ordem de votação dentro do pacote do Executivo, foi proposta uma ordem inicial pelo Ver. Moisés, Líder do Governo. O seu partido, através da Liderança, votou por votar primeiro os projetos que dissessem respeito aos servidores e, depois, os que dissessem respeito à receita. Talvez naquele momento V. Exa. se sentisse pronto para votar o projeto que vamos discutir hoje, o da previdência complementar, e, ao longo do tempo, tenha criado dúvidas. Ou talvez tenha havido alguma falha de comunicação dentro do partido, e a representação de V. Exa. optou por votar os dos servidores antes. Essa foi a votação que foi feita no colégio de Líderes, na qual a sua representação foi derrotada. Formada por votação e não por acordo, nós vimos mudando, mudando e mudando, e há uma confusão na Casa. Alguns acham que é acordo o que se vota por maioria e que deveria ser cumprido, não se pode alterar o que foi votado. Outros, incrivelmente, acham que não é acordo nem o que foi acordo, o que foi apalavrado no plenário. Se apalavrado...

(Manifestação na galeria.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Boa pergunta sobre quem não deu quórum, boa pergunta! Porque os Vereadores da oposição sobem aqui dizendo que o Governo não deu quórum na sexta-feira à tarde. Mas, na sexta-feira pela manhã...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Eu peço que resguarde o meu tempo, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Resguardado o seu tempo. Por favor, eu peço às galerias que respeitem o Vereador que está na tribuna.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado, Presidente. Quero lembrá-los, especialmente os que disseram que o Governo não deu quórum, que na reunião de Líderes votamos assim: que as reuniões extraordinárias seriam na quarta-feira, na quinta-feira e na sexta-feira pela manhã. Quem não deu quórum na sexta pela manhã? Vários Vereadores da base, vários Vereadores independentes; o Ver. Adeli Sell, do PT; o Ver. Oliboni, do PT; o Ver. Dr. Thiago, que é independente; a Ver.^a Fernanda Melchionna, o Ver. Marcelo Sgarbossa, o Ver. Prof. Alex Fraga; a Ver.^a Sofia Cavedon; o Ver. Mauro Zacher – estes não deram quórum na sexta-feira pela manhã, que foi o votado fazer, à tarde não foi. Quero lembrá-los que a própria esquerda havia pedido para votarmos antes os projetos dos servidores que, se não me engano, estão em greve. E quando indagados por que continuam em greve, já que o PL nº 008 foi rejeitado, dizem: “Por causa da previdência”. V. Exas., que não quiserem votar hoje o da previdência, assumirão a responsabilidade pela manutenção da greve dos servidores e pela falta dos serviços públicos nos postos de saúde. Por fim, quero apenas responder ao Ver. Mauro Zacher, que na semana passada voltou à tribuna e disse que a minha assessoria estava errada, quando eu disse que V. Exa. tinha omitido do Poder Judiciário o art. 94, § 8º. Tenho agora em mãos o que não tinha então, é a Petição Inicial, apresentada por V. Exa., e eu tinha razão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, o nobre Vereador Moisés, Líder do Governo, me desafiou a mostrar a portaria que libera os CCs para acompanhar a Sessão aqui na Casa. Eu estou lhe pedindo para ler a portaria.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Aqui não temos nenhum problema, quero deixar claro para as pessoas que não entenderam, que eu mesmo vou ler, a pedido do Ver. Oliboni. Não tenho problema nenhum com isso (Lê.): “Portaria 220/2018 – O Prefeito Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, determina que os titulares da Procuradoria-Geral do Município (PGM), da Secretaria Municipal da Fazenda – SMF, da Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG) e do Departamento Municipal de Previdência dos

Servidores Públicos de Porto Alegre – PREVIMPA, juntamente com o Gabinete do Prefeito – GP, designem servidores para acompanhar no plenário [inclusive eles estão aqui sentados, tecnicamente apoiando] da Câmara Municipal de Porto Alegre, as votações dos projetos com regime de urgência e auxiliar no esclarecimento de dúvidas de matérias administrativas ou jurídicas relativas às propostas. Porto Alegre, 22 de junho de 2018. Nelson Marchezan Junior, Prefeito.” Ver. Oliboni, isso não tem absolutamente nada a ver com as pessoas virem aqui para acompanhar o processo nas galerias.

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Dr. Thiago (DEM): Presidente, a bancada do DEM quer fazer uma solicitação: estamos requerendo à Presidência a identificação de todas as pessoas que estão aqui no plenário na tarde de hoje – todas! A gente sabe que todos os servidores foram identificados, mas também queremos a identificação de todos esses senhores e senhoras que estão do lado direito.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Dr. Thiago, eu informo ao senhor que todos os presentes neste plenário já fizeram a sua identificação. Não tem nenhuma pessoa neste plenário que não tenha sido devidamente identificada. Isso foi uma determinação, e as identificações estão com a Direção-Geral. Dirija-se à Direção-Geral e solicite as identificações.

Vereador Mauro Pinheiro (REDE): Presidente Mônica, eu só quero solicitar, para acrescentar no pedido do Ver. Dr. Thiago, que sejam identificadas as pessoas não só do dia de hoje, mas de todos os dias em que foram votados os projetos dos servidores. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Mauro Pinheiro, reforço o que eu falei para o Ver. Dr. Thiago: todas as pessoas que estiveram e estão neste plenário foram devidamente identificadas. As listas encontram-se no poder do Diretor-Geral; o senhor se dirija a ele, por favor.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, sei que foi um pouco agressiva a ideia de usar a palavra “mentiroso”; então pediria ao nobre colega Moisés retirasse a palavra “mentiroso”.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Oliboni.

Vereador Mendes Ribeiro (PMDB): Sra. Presidente, quero dizer que estou envergonhado com o que está acontecendo aqui. Estamos jogando servidores públicos contra CCs e vice-versa. Nós precisamos de todo mundo para tirar Porto Alegre do buraco em que está. Nós não estamos dando exemplo à cidade de Porto Alegre. Estou envergonhado do que está acontecendo neste Plenário, Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Mendes Ribeiro; feito o registro.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Sra. Presidente, com minha costumeira cordialidade e respeito pelo Legislativo Municipal, atendo ao pedido do Ver. Oliboni, para que seja retirado o termo “mentiroso” do meu discurso.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Defiro o pedido.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Sra. Presidente, apenas dizer ao Ver. Mendes que, na verdade, quem trata diferentemente funcionários e CCs é o Prefeito Municipal, o que faz muito mal à cidade de Porto Alegre.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, especialmente os servidores que hoje aqui em grande número, mais uma vez, se apresentam para acompanhar os trabalhos democráticos desta Casa. Os ânimos estão bem acirrados. Acho que, na realidade, foi requerido uma priorização de 16 projetos por parte do

Governo. Quero me manifestar, em nome da bancada do PDT, reafirmando que todo e qualquer compromisso com relação a quórum deve ser garantido, porque tem a urgência de aprovar os seus projetos. No mais, a democracia vai se acomodando e nós vamos democraticamente também, aqui, garantindo aquilo que entendemos oportuno, importante e necessário.

Quero cumprimentar aqui o Presidente do PDT, Ver. Mauro Zacher, que garantiu a presença dos servidores nas galerias para acompanhar todo esse debate democrático de construção e de conceitos a respeito do que se entende melhor para a Cidade. E eu quero dizer que nós temos lado, e o nosso lado é a favor do servidor. (Palmas.) É a favor de Porto Alegre e é contra aumento de imposto. Mas, como se não bastasse toda essa situação que tem gerado um conflito sem precedentes, o que se viu aqui tem se reverberado pelo Estado e as pessoas estão preocupadas da forma como estão se dando os enfrentamentos. Quero reiterar aqui que algumas posturas e algumas posições do Governo passam a ser incompreensível, porque nós já votamos, no ano passado, o IPTU. Aí o Governo, novamente, queria apreciar o IPTU no ano passado. O Ver. Mauro Zacher teve que entrar na Justiça para que o IPTU não voltasse à pauta, agora a oposição tenta priorizar o IPTU e o Governo não dá acordo para votar o IPTU, sendo que nós temos 16 projetos priorizados pelo Governo.

Então, eu quero dizer que, de nossa parte, não importa muito a ordem, mas, se o Governo quer priorizar e votar os 16 projetos, qual a diferença faz a ordem? Ou me parece que também, em determinados momentos, o Governo se articula, faz uma compreensão de um entendimento, que construiu um número suficiente de votos, e pede uma urgência. Aí quando vê que não deu para alcançar os votos, puxa o freio de mão, vai reavaliar se tem aquele número suficiente de votos ou não tem. Eu quero dizer o seguinte: do início ao fim deste debate, o nosso lado será o mesmo, e a pressa é a pressa para a solução do encaminhamento de quem é a favor ou contra. Uma pauta que praticamente se apresenta, para nós aqui, e a gente vê aqui muito claramente, quando as galerias se manifestam, que este é um debate absurdo, porque um fala e o outro não escuta. Então, vamos para a votação, vamos enfrentar o voto e vamos ver o que maioria democrática aqui constrói de entendimento daquilo que nós entendemos que é melhor para a Cidade, até porque aqui estão representados 100% dos votos da Cidade, está a totalidade da população, representada pelos votos dos Vereadores. E a partir daí, então, nós vamos

pág. 31

construindo conceitos daquilo que a gente entende ser o melhor para a nossa Cidade. Então, algumas situações, inclusive, são externas às articulações do Poder Legislativo, qual seja essa surpresa que nós tivemos com a decisão judicial sobre o julgamento da questão encaminhada sobre o *impeachment*. E até isso serve para atrasar ou adiantar o debate a respeito dos temas propostos pelo Governo. Então, nós estaremos fazendo o nosso papel aqui, acho que de maneira muito transparente, a gente tem conseguido demonstrar de que lado está o PDT. Nós queremos que a Cidade avance, que as coisas aconteçam, que as coisas deem certo, mas nós não queremos que o servidor pague essa conta e nem os proprietários dos imóveis através do IPTU ou o locador, ou o locatário, aumentando o importo, e assim, nós vamos nos manifestar. Agora, quanto à priorização, inversão, retirada de quórum, do início ao fim deste debate, nós estaremos firmes com o propósito que nos orienta a votar pelas nossas convicções. Então, nós só queremos reafirmar aqui essa posição. Somos contrários ao encaminhamento e queremos enfrentar o IPTU de uma vez para derrotá-lo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga..

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas, quero cumprimentar os valerosos servidores municipais da cidade de Porto Alegre nesse dia de greve infelizmente; todos gostariam de estar trabalhando e não estar sempre com a faca no pescoço no ataque de direitos. Mas, infelizmente, o Prefeito não deixa. Quero cumprimentar a minha querida companheira, Vereadora de São Paulo, Sâmia Bomfim, que está no plenário conosco. Uma guerreira, companheiros, que, junto com a greve dos municipais de lá, derrotou o Sampaprev – igual ao POAPrev, que tramita aqui –, e que cotidianamente enfrenta o machismo dos espaços de poder e também esse grupúsculo, profascista, que se chama MDL, e que agora resolveu atacar os Vereadores de Porto Alegre. Todos devem ter visto no WhatsApp o cartazinho ridículo que eles fizeram dizendo que os Vereadores, Ver. Medina, Ver. Mendes, Ver.^a Mônica, que os Vereadores eram a favor dos privilégios dos servidores públicos. Como se cortar 40% do salário dos professores fosse privilégio, e não o seu privilégio de ser financiado por grandes grupos

empresariais, financiado pelos acordos das oligarquias, ou mais: ser financiado pelo Governo para estar numa tarde na Câmara, sem greve, ao invés de bater ponto, vaiando o servidor municipal! Ou dizendo para uma Vereadora que nem eu, barbaridades tipo: “Saí daí, querida”. Tem que ter força para me tirar, olha, está para nascer alguém desse ladinho aí que vai me arrancar do lugar que o povo me conferiu para estar representando os trabalhadores. Aliás, como a Vereadora mais votada da cidade de Porto Alegre, sem nenhum dinheiro de empresário, sem nenhum dinheiro de corrupto, sem nenhum centavo das elites econômicas, sem o apoio dos grandes meios de comunicação, só na raça, na raça do povo trabalhador de Porto Alegre! Na raça dos trabalhadores municipais, das ocupações, das mulheres, da juventude, dos LGBTs. Vocês sabem bem que nós não aceitaremos ser interrompidas, nem no nosso debate, nem no nosso mandato, nem nas nossas lutas. E nós fizemos esse requerimento, porque quem rompeu qualquer ordem democrática, ou acordos, ou votação – algum Vereador falou aqui, que me antecedeu, acho que o Ricardo Gomes, que inclusive citou meu nome -, não foi a oposição, não foram os municipais da cidade de Porto Alegre, e sequer foi a imprensa. Todos os veículos noticiaram, em junho deste ano, que os primeiros projetos a serem votados seriam os tributários. E os tributários, para alguém que falte neurônios, envolve, inclusive o IPTU. Então, se alguém rompeu essa ordem de votação, não fomos nós. Nós, inclusive, tínhamos uma outra ordem de votação e fomos derrotados na Mesa e Lideranças. Agora, o plenário é soberano, se fez uma reunião na quarta de manhã para aqui pegar os trabalhadores de surpresa, mas não conseguiram, nem com choque, nem com Brigada, nem com bala de borracha, nem com gás lacrimogênio. Não conseguiram. E mais, não só os servidores foram desrespeitados, os servidores da Câmara foram desrespeitados e muitos Vereadores foram desrespeitados por uma lógica de violência e de tentativa de calar os movimentos sociais com repressão. Mais do que isso, nós vimos cenas lamentáveis de servidores da segurança com salário parcelado pelo Governo Sartori, agredindo servidores que lutavam contra o seu parcelamento de salário e retirada de direitos. Cenas lamentáveis! Cenas lamentáveis! Inclusive nós temos vídeo da própria Polícia quebrando quadros ali no corredor. Nós também temos vídeo aqui! O problema é que a indignação de alguns é seletiva, é seletiva! “Ah, porque os Vereadores foram trancados de votar...” Mas quem trancou não foram os trabalhadores! Os trabalhadores estavam trancados e não podiam entrar na Câmara de Vereadores. Teve que a Justiça

dizer o óbvio, que não se pode votar com o Parlamento vazio, que os vetos eram prioridade, que era preciso tomar a normalidade para equilibrar esse jogo e colocar a bola no meio. Eu peço um minuto, então. Nós queremos voltar àquilo que tinha sido acordado com a cidade de Porto Alegre, que a Câmara tem maturidade, inclusive no debate, porque é um debate já de um ano e meio. Da presidência tem gente dizendo que é bom para o futuro, quando, na verdade, se esse projeto for aprovado, pode significar a falência do Previmpa, pode significar não ter dinheiro para pagar salário de servidores do capitalizado. Eu agradeço o tempo. A luta segue e não serão meia-dúzia de Cargos em Comissão que ousarão nos calar.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu quero registrar a presença do Ver. Francinei Bonatto, Presidente da Câmara de Vereadores de Viamão. Seja muito bem-vindo a esta Casa. Também registro a presença da Vereadora Sâmia Bomfim, de São Paulo. Seja muito bem-vinda.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Muito obrigada, Presidente Ver.^a Mônica Leal, boa tarde aos colegas, Vereadores e Vereadoras, Secretários que aqui se encontram, plateia lotada hoje de pessoas que vieram aqui civilizadamente ouvir tanto o que querem ouvir quanto o que não querem ouvir.

Quero dizer, querida Presidente, que o requerimento, assim como falou o Ver. Cassio Trogildo, o Ver. Moisés Barboza, é em relação a algo que é acordo. Acordo é feito com pessoas adultas, com pessoas que cumprem as suas falas. Acordo não precisa ser assinado por ninguém. E aqui foi feito um acordo no colégio de líderes, e, de repente, vem, novamente, um Vereador do PSOL aqui, o Ver. Prof. Alex Fraga, tentar inverter a ordem como se fosse uma brincadeira: “Eu perdi o meu Playmobil, não quero mais brincar!” Não é assim que funciona. Isso aqui é uma casa séria, é uma casa em que os municipais....

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, tem uma Vereadora na tribuna. Eu peço que se mantenham em silêncio para que ela possa falar.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Aqui é uma casa e que os porto-alegrenses, 1,5 milhão, diga-se de passagem, não são representados por vocês que aqui estão, e que também votam, e que também querem que Porto Alegre esteja à frente dessas questões politiquieras que aqui são feitas.

Eu venho também aqui responder para a estimada Ver.^a Fernanda Melchionna, que não gosta da Brigada pelo jeito, que a Brigada Militar está aqui dentro desta Casa, está nas ruas, está nas vilas, está no Centro para garantir...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, mantenham-se em silêncio. Ver.^a Comandante Nádia, um momentinho. Senhoras e senhores que ocupam as galerias, por favor, vamos deixar a Vereadora falar, depois vocês podem fazer suas manifestações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Quero dizer para este lado, onde a maioria são mulheres: vamos respeitar as falas das poucas mulheres que há aqui neste plenário. Porque mesmo que eu não as represente, somos nós, as mulheres, que fazemos políticas para as mulheres!

Ver.^a Fernanda Melchionna, que hoje é Procuradora Especial da Mulher, estou me sentindo, aqui, reprimida pelas mulheres deste lado.

Continuo falando que a Brigada Militar está aqui para garantir, Ver.^a Fernanda, a ordem, que não estava acontecendo deste lado, aqui na Câmara de Vereadores. A Brigada Militar tem a missão constitucional de fazer o seu trabalho. E que, se um quadro foi quebrado, diga-se de passagem, a Brigada Militar vai pagar, porque estava no exercício do cumprimento do seu dever. Diferentemente daquelas pessoas que quebraram a porta da frente aqui da Câmara, e que eu não sei quem vai pagar!

(Manifestação das galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Nós temos, sim, que ter responsabilidades, Presidente, porque isso aqui é a Casa do Povo, mas não é a casa da Mãe Joana.

(Manifestação galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): E vocês gritam e vão ter que escutar os Vereadores que estão aqui. Aqueles que se acharem em condições, coloquem seus nomes para serem eleitos e venham aqui nesta tribuna fazer melhor do que muitos de nós aqui fazem.

(Manifestação das galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): A Brigada Militar é do povo gaúcho e aqui tem Vereadora que vai proteger quem nos defende todos os dias. (Vaias.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, pela oposição.

(Manifestação das galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, peço mais uma vez que os senhores e as senhoras escutem a manifestação da Vereadora que está na tribuna. Obrigada.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ver.^a Mônica Leal. Gostaria de dizer que é lamentável que uma trabalhadora da segurança celebre e ache que valoriza a Brigada colocar servidores parcelados a reprimir trabalhadores e trabalhadoras; que ache que significa valorizar os servidores da segurança, colocando-os a jogar gás lacrimogêneo nos professores e nas professoras, lutando por eles e pelos colegas

guardas; que ache, Ver.^a Comandante Nádia, que um Parlamento deve usar a força em vez de usar o parlamento, o diálogo, a construção de consensos, o respeito com a cidadania. É lamentável, Comandante Nádia. Segundo dizer que quem perdeu o jogo até agora, infelizmente é o Prefeito Marchezan, que a senhora apóia e vota a favor muitas vezes. Sabe por que perdeu o jogo? Primeiro porque tenta vender a Carris, depois os próprios desmandos na Carris trazem para ele até uma possibilidade de impeachment. Segundo, porque ele centrou completamente no ataque aos municipais, e a Cidade inteira está repudiando a violência que ele faz com os municipais e municipais. Ele está perdendo esse jogo. Terceiro, ele perde o jogo porque ele é autoritário e fez um decreto agora, um mês atrás, determinando que se os funcionários entrarem em greve, eles sejam convocados a trabalhar pelas chefias imediatamente, e se não trabalharem, sofrerão as punições previstas no Estatuto.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ele determina que percam FG, que percam gratificações, e que os CCs sejam demitidos, e aí, para os CCs não serem demitidos, ele faz um decreto convocando os CCs para virem para a Câmara, respaldando os CCs, porque os CCs para virem para a Câmara, para lutar por seus desmandos, não terão faltas, não serão punidos e não serão demitidos. São dois pesos e duas medidas. O mesmo Prefeito que já perdeu, senhoras e senhores, porque não respeita instância nenhuma, Ver. Oliboni. O Previmpa é um órgão autônomo que tem um Conselho Deliberativo, deste Conselho o Presidente do Previmpa participa – que deve estar aqui -, e é uma vergonha ele participar de uma reunião do Conselho do Previmpa, perder uma votação por 16 votos a 20 e mandar um ofício aos Vereadores e Vereadoras defendendo diferente do que o conselho máximo do Previmpa decidiu, que foi a rejeição deste famigerado projeto de previdência. Os chefes imediatos do Prefeito Marchezan não têm respeito nenhum por conselho, como o Prefeito não tem, porque o Prefeito não nomeia os conselhos como o Conselho da Mulher, o Conselho do Plano Diretor, como os conselhos todos outros que eles querem esvaziar, todos os fundos, por projeto de lei, não é invenção da Vereadora, não é invenção, e sabem por quê? Porque não tem apreço nenhum à democracia, Ver. José Freitas, quer esvaziar o Fundo do Idoso; quer tirar o

poder dos Conselhos completamente, porque ele quer governar sozinho, despoticamente, sem respeito a nenhuma instância democrática desta Cidade. E faz isso, infelizmente, com o patrocínio de Vereadores nesta Câmara Municipal. Infelizmente, de Vereadores e partidos, querem impor ao Legislativo uma forma despótica de governar. Por isso, nós estamos invertendo a ordem, Ver. Prof. Alex, porque o que foi proposto, no dia 18 de junho, foi iniciar com os projetos de tributação. Os projetos arrecadatórios, tanto que a responsável categoria municipal suspendeu a greve no dia 18 de junho. Então, quem decidiu priorizar esses projetos como o IPTU foi o governo e sua maioria e de forma enganosa, de forma esperta, tentou aprovar. Encerro, inverteu a ordem agora no final do semestre para aprovar dois projetos do funcionalismo. Da manhã para a tarde, das 11 da manhã para as duas da tarde, de forma sorrateira, desrespeitosa, com o ritual com a Cidade, onde a gente decidiu em uma semana, e tinha previsibilidade de votação. Se não fossem os aguerridos e aguerridos funcionários, que tomaram choque, gás, tinham votado na corrida na quarta-feira. Se não fosse a briga que fizemos aqui dentro; se não fossem os taxistas, se não fosse a Justiça, o governo tinha enganado a Cidade e votado rapidamente. Por isso o Requerimento é que se mantenha a ordem, que se discuta IPTU, e se tenha seriedade com a Cidade e não se brinque com a Cidade dessa maneira irresponsável.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas Vereadores, eu tenho vindo muito aqui falar de uma palavra, ouvi, vi bastante que se chama acordo. Eu concordo, apoio é feito para que se cumpra. Ninguém é obrigado e fazer acordo. Mas quem rompeu o acordo? Quem rasgou o acordo? Quem não quis fazer o acordo? Na minha vida inteira, profissional e política, eu fiz acordos. Ninguém é obrigado a fazer acordo, mas, se faz acordo, tem que cumprir. Quem rasgou o acordo? Quem fez o acordo no dia 13 de junho. Dia 13 de junho, na reunião de Líderes, foi feito um acordo: o primeiro projeto a ser votado seria o do ISS, o segundo projeto a ser votado seria o do Cadin. Nesse momento, o Ver. Dr. Thiago Duarte propôs: “Quem sabe, a gente vota um projeto

de ordem econômica e um projeto dos servidores?”. “Não, vamos votar todos os projetos de ordem econômica porque nós precisamos saber qual será o recurso que o Governo terá em caixa para poder votar os projetos dos funcionários do Município”. Aí, se priorizou, depois, o das PPPs; depois, o do reconhecimento das dívidas; depois, o dos fundos; e, por ultimo, o do IPTU. Foi isso o que o Governo fez numa reunião em 13 de junho. Depois de votar esse bloco de seis projetos, teria uma nova reunião em que se faria a priorização de novos projetos. Vou dizer de novo: priorização do Governo na reunião do dia 13 de junho. O Governo, na reunião de Líderes, ganhou a votação, dia 13 de junho. Primeiro, ISS; segundo, Cadin; terceiro, PPPs; quarto, reconhecimento da dívida; quinto, fundos municipais; sexto, IPTU. Esse foi o acordo, se alguém rasgou esse acordo e incluiu depois o projeto conhecido aqui na Casa como PLCE 008, que é o estatuto dos servidores, e aí depois incluiu aposentadorias e outras coisas, foi o Governo, numa reunião dia 11 de julho, quase um mês depois. E aí votaram a favor dessa proposta de incluir esses outros, os partidos do Governo, de novo, e aí ficou para depois o primeiro, o IPTU e o veto. Nós estamos querendo saber se vai ter receita para discutir o resto depois, e a receita quem vai dizer é o IPTU. O projeto da previdência é tão bom que já tem mais de 30 emendas, e não é só dos independentes, de Vereadores da base do Governo, só o Líder do Governo já apresentou umas quatro, cinco emendas, as Lideranças do Governo, de tão bom que é o projeto. Nós estamos mexendo com a vida das pessoas. Aí, as pessoas falam para mim a Petrobras tem fundo de previdência, o Correio, a Caixa Econômica. Os fundos de previdência estão todos quebrados e servem para o Executivo meter a mão depois. É para isso que servem os fundos de previdência. Então, acho que temos que votar o que o Governo priorizou, ninguém está rasgando acordo nenhum aqui. O que o Governo priorizou, no dia 13 de junho, que é o IPTU, foi o Governo que priorizou, não estamos rasgando acordo nenhum aqui. Aí, vem fazendo acordo em cima de acordo. A cidade quer resolver o IPTU, a cidade decide que quer resolver o IPTU. Esse é o nosso encaminhamento, que a gente vote primeiro o IPTU. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito ao 3º Secretário, Ver. José Freitas, que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Há quórum.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 22 votos **NÃO**.

A Ver. Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 16 a 19 de julho de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Mesa declara empossada a Suplente, Ver.^a Karen Santos, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB.

Em discussão o PLCE nº 007/18. (Pausa.)

Vereadora Sofia Cavedon (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, os Vereadores da oposição que o subscrevem – Ver. Prof. Alex Fraga, Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver. Roberto Robaina, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Adeli Sell e esta Vereadora – solicitam à V. Exa. que verifique que o projeto que acabou de apregoar tramita nesta Casa sem constar o parecer, no processo, do Conselho de Administração do Departamento do Previmpa, que é uma previsão legal estabelecida pelo inc. IV, art. 8º, da Lei Complementar nº 487/02, conforme transcrevemos aqui. É o que compete ao Conselho de Administração, e a ele compete apreciar e aprovar proposta de política de investimentos, orçamentárias de previdência, avaliar a gestão operacional, enfim, examinar e emitir parecer sobre propostas de alterações da política previdenciária do Município. E verificamos que não consta do processo o parecer do Conselho de Administração, que é o órgão máximo. Sra. Presidente, nós estamos solicitando, em diligência, que este parecer venha ao processo sob pena de impedir a tramitação do expediente ou de nulidade de qualquer decisão desta Casa.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver.^a Sofia Cavedon, o processo está em tramitação e a Presidência não tem nenhum fundamento o Requerimento porque não está alterando o Previmpa. Está criando um outro instituto. Como é que o parecer do Previmpa vai dizer

que, para tratar de outro instituto, tem que passar pelo Conselho do Previmpa? Logicamente que não tem nenhum fundamento essa solicitação da oposição.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro Ver. Cassio Trogildo.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Ver.^a Mônica, primeiro, a minha solidariedade. Ver. Cassio Trogildo, a Ver.^a Mônica estava falando e o senhor interrompeu a fala de uma mulher liderando aqui o plenário da Câmara. Poderia aguardar a Presidenta encerrar a fala! Ela não conseguiu nem dar o encaminhamento – é um absurdo! Em segundo lugar, eu li, poderemos ler novamente, o inciso da lei do Previmpa que fala de emitir parecer sobre política previdenciária – política previdenciária é o que vamos tratar agora!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver.^a Sofia Cavedon, feito o registro, já dei a informação.

Vereador Ricardo Gomes (PP): Sra. Presidente, apenas quero lembrar duas coisas. A primeira é que seja competência do Conselho emitir um parecer é uma coisa, isso não significa condição para esta Casa apreciar um projeto de lei porque o Parlamento não se submete ao Conselho do Previmpa. Segundo aspecto, regimentalmente não cabe pedido de diligência, quando o projeto está na Ordem do Dia, apenas a leitura do Regimento. Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Ricardo Gomes.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Presidente, com todo respeito, quero perguntar a V. Exa. qual o encaminhamento que será dado à solicitação de diligência das duas bancadas.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver.^a Sofia, indefiro porque não cabe na Ordem do Dia.

(Manifestação nas galerias.)

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Presidente, eu quero apenas fazer um recurso à sua decisão...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereadora, já está na Ordem do Dia.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Sim, mas ele poderá ter prejuízo com agravamento de que nós temos uma manifestação, não temos no processo parecer do Conselho e temos uma manifestação entregue aos Vereadores pela direção do Previmpa. Então, se o Ver. Ricardo Gomes ou Ver. Cassio dizem que não tem nada a ver uma coisa com a outra, eu digo: por que a direção do Previmpa se manifesta favoravelmente, enquanto o órgão responsável por se manifestar sobre política previdenciária tem manifestação, que sabemos, aqui está o Presidente do Conselho, e não consta, como manda a lei, no processo? Faço um recurso à decisão de V. Exa.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver.^a Sofia, feito o registro, e também informo que isso é uma questão de mérito.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mônica Leal e do Ver. Moisés Barbosa, à Emenda nº 06 ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 14, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 15, de autoria Cláudio Janta, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 16, de autoria dos Vereadores Cláudio Janta e Márcio Bins Ely, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 17, de autoria Cassio Trogildo, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 18, de autoria Felipe Camozzato, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 19, de autoria Mauro Pinheiro, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 20, de autoria Mauro Pinheiro, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 21, de autoria do Felipe Camozzato e Moisés Barboza, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 22, de autoria Moisés Barboza, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 23, de autoria Professor Wambert, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 24, de autoria Professor Wambert, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 25, de autoria Ricardo Gomes, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 26, de autoria Ricardo Gomes, ao PLCE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 27, de autoria Moisés Barboza, ao PLCE nº 007/18.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria Moisés Barboza, solicitando que seja retirado de tramitação a Emenda nº 22 ao PLCE nº 007/18.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando que sejam votadas em destaque a Subemenda nº 01 à Emendas nº 06 ao PLCE nº 007/18.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria Cláudio Janta, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 17 e nº 18 ao PLCE nº 007/18.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria Moisés Barboza, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 19 a nº 22 ao PLCE nº 007/18.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria Professor Wambert, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 23 e nº 24 ao PLCE nº 007/18.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria Ricardo Gomes, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 25 e nº 26 ao PLCE nº 007/18.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria Moisés Barboza, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 27 ao PLCE nº 007/18.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria Dr. Thiago, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01 a 16 ao PLCE nº 007/18.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18..

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Ver.^a Mônica, primeiramente, uma preliminar. Logicamente tenho certeza de que V. Exa. não se sentiu ofendida pelo meu aparte no microfone de apartes e tenho também convicção de que V. Exa. não precisa que a Ver.^a Sofia a defenda, achando que alguém a desrespeitou.

Tratando do mérito do projeto, primeiramente, a previdência complementar está sendo instituída no País inteiro desde o Governo Federal, lá em 2012, quando o PT dirigia o País e ainda a Presidente Dilma Rousseff encaminhou e foi aprovado, no Congresso Nacional, a previdência complementar para os servidores da União.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu solicito silêncio, pois há um orador na tribuna.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Aqui deve ter muitos professores, muito educados, servidores da saúde, todos muito educados, que sabem ouvir e concordam com a democracia... Não estão aqui... Pobres das nossas crianças nas escolas! Mas, continuando, tem muitas pessoas que estão aqui nas galerias que não querem ouvir porque não gostam da verdade. Primeiro, este projeto que aqui está não afeta em nada os atuais servidores. É preciso saber ler. Não afeta em nada. Aliás, muitos dos atuais servidores de nível médio que não ganham o teto do INSS, que é de R\$ 5.645,00, poderão, com este projeto de previdência complementar, também complementar o seu salário com uma contribuição de até 3% adicional, que será completado pelo Governo Municipal. São 7.500 servidores que poderão ter o seu teto salarial ampliado, mas parece que quem está aqui é tudo de nível superior, não são os pobres servidores do Município, que têm uma carreira de nível médio, e que poderão, quando da sua aposentadoria, ter o seu valor de aposentadoria esticado, inclusive para aqueles que ganham o teto. Está aqui no art. 30; poderão não ter 1,35 do que ganham acima do teto. Eu estou inclusive estendendo, através da Emenda nº 17, que isso possa servir além da Administração Centralizada, para as autarquias, para as fundações, para as sociedades de economia mista, que são celetistas, e hoje são regulados pelo INSS. Então, esses servidores poderão ter na sua aposentadoria, uma melhor qualidade de vida, porque poderão fazer...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Não adianta... Quem não quer ouvir... Não adianta não querer ouvir... Não adianta não querer ouvir. Ninguém vai tirar a legitimidade dos Vereadores que aqui estão. Ninguém vai tirar essa legitimidade.

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Porque hoje é comigo; outro dia foi com o Ver. Cláudio Janta, que estava nesta tribuna quando a Câmara foi invadida e não o deixaram falar! Eu não vou aceitar que algum Vereador faça isso comigo! Quando eu presidia, eu garantia a palavra a todos. E não vai ser comigo que meia dúzia de servidores, que, com certeza, não representam a totalidade dos servidores e principalmente aqueles que mais precisam...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Vamos deixar o pessoal se manifestar, depois o senhor continua.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Eu gostaria que fosse depois da minha fala, mas, se não é possível, eu aguardo, não tem problema.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Eu não tenho previdência, eu contribuo com o INSS! No máximo, vou me aposentar no teto. E é isso que nós não queremos para o servidor de nível médio da Prefeitura. Nós queremos que o servidor de nível médio, dentro da Administração Centralizada, que são 7.500 servidores, e, com a minha emenda, também para as autarquias, para a sociedade de economia mista e para que as empresas também possam complementar, Ver. Mauro Zacher, que me acompanha. E são mais 5.600 servidores, Ver. Márcio Bins Ely. Esses são os pobres do Município! Esses são os chamados Barnabés, que nem o valor de aposentadoria do teto do INSS hoje tem direito! E passarão, sim, com este projeto a terem direito! E mais ainda, mesmo para os de nível superior é uma garantia de que no futuro o Previmpa tenha recursos para pagar a aposentadoria de vocês.

(Manifestação das galerias.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Essa é a garantia. Porque não influencia em nada. A contribuição vai ser sobre o teto e depois o benefício vai ser sobre o teto! Parece que tem que desenhar para alguns. Mas nesse período preliminar de discussão, Ver. Mauro, eu quero agradecer a compreensão dos pares, daqueles que estão aqui dispostos a ouvir e não vieram para cá cegos e surdos, e imaginam que se possa ter diálogo nesta Cidade, inclusive para aquilo que é bom para a grande maioria dos servidores de Porto Alegre! Muito obrigado. (Vaias.)
(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Ver. Mauro, é uma questão de encaminhamento. É importante, V. Exa. que já foi Presidente desta Casa, quero solicitar que, por favor, a Mesa avalie a nossa solicitação em relação ao Parecer do Previmpa com base no Regimento, do processo legislativo, art. 87...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): A senhora já fez o Requerimento, Vereadora?

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Estou aqui formulando para o senhor.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Então a senhora faça o requerimento por escrito.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Não, eu fiz o requerimento. Foi indeferido pela Presidente Mônica. O senhor assumiu agora, desculpe...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Eu já escutei, Vereadora, e já está sendo processado. Está feito o registro, assim que tiver resposta, será dada a resposta.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Houve um erro. Presidente, como eu não referi aqui o inciso, quero apenas acrescentar...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): A senhora está repetindo o pedido, Vereadora.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): ...inciso XI, Presidente. Tem que constar: "informações do documento exigidos por lei ou por esta resolução para instrução da matéria". Quero fazer um recurso, aqui, à Mesa, para que avalie.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Está feito o registro.
O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Quero fazer aqui um relato que me preocupa, até porque as minhas votações nesta Casa, e assim me pauto desde o primeiro mandato, em 2000, nesta Casa, depois Deputado e hoje voltando a esta Casa, de me posicionar firmemente e concretamente em relação àquilo que penso. Aqui nesta Casa votei contra o aumento da previdência que passou de 11% para 14%. Semana passada aqui votei com os funcionários, porque entendo que seria prejudicial demais às categorias, mas aconteceu um fato nesta semana que não vai mudar nada em relação à minha transparência e à minha opinião. Nunca mudou e não vai mudar. Se eu trabalhasse por pressão, em primeiro lugar, eu não seria atleta, não poderia entrar em campo, porque quem aceita pressão não entra em campo, treme, é pipoqueiro! Quero dizer que, quando atleta, João Bosco, lá, presidente do sindicato e da Agape, instruí e fiz, há não sei quantos anos, a previdência complementar. Eu fiz, para minha segurança no futuro. Aqui, recentemente, participei de quase todos os debates com as instituições, e disse a eles: tem um projeto que vou com vocês, entendo que isso prejudica a categoria, e isso não tem problema, mas disse que outros, com as emendas, com a flexibilização, olhando daqui e acolá, poderíamos até ajudar. Assim mesmo, também não tomei decisão. Esta semana, pro educação, comecei a responder a vários e-mails de funcionários públicos. A minha surpresa que a Dona Mônica Goulart copiou uma frase que coloquei, que íamos discutir, como estamos discutindo aqui as emendas, para melhorar, para aperfeiçoar e para modificar, por que não, se é emenda é para fazer esse tipo de circunstância, essa pessoa passou para mais de 70 pessoas, e eu só não bloqueei porque sou educado. Mas

pág. 47

a partir de amanhã, essas pessoas que estão aqui, essas pessoas que me passaram mensagens, serão bloqueadas, porque o telefone é meu, é pessoal. Vocês não têm o direito de entrar no meu telefone nem de nenhum Vereador desta Casa. Portanto a minha votação é através da transparência e da coerência. Se as emendas aperfeiçoadas, e olha que eu recebi de uma entidade de vocês as cinco emendas do Dr. Thiago que, se não me engano, poderiam modificar, melhorar essa Previdência Complementar. Nesse sentido começa a discussão, nós temos quase 30 emendas. Se as emendas propiciarem a modificação para melhorar e para tirar as dúvidas. Ah, sem dúvida, a Previdência Complementar é muito boa. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PT): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, Vereadores e Vereadoras, eu quero dizer uma coisa, eu sou Presidente da Comissão de Finanças e por formação sou atuário também, embora nunca tenha exercido essa profissão. Esse projeto é extremamente importante para os funcionários. Ouçam-me, por favor. Nós temos dois regimes aqui no Previmpa, com repartição simples, daquelas pessoas que entraram após 2001, ou antes de 2001, digo, quando o Previmpa foi fundado, não houve contribuição anterior, porque nunca foi cobrado, então, daqui já são – mas eles entraram com o tempo anterior de funcionários. Hoje nós temos já muita gente aposentada pelo regime de repartição simples. Inclusive, pessoas aqui desta Casa. Esse regime tem um déficit de R\$ 700 milhões. Existe esse déficit sim. Há um outro regime de capitalização...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Vocês entendem muito mais, eu entendo, eu respeito. Então tem outro, há o de capitalização daquelas pessoas que entraram após 2001, e esses não têm praticamente nenhuma pessoa aposentada e, por isso, têm um superávit de R\$ 500 milhões. Então, se pudéssemos fazer o encontro dos dois regimes,

ainda teria um déficit de R\$ 200 milhões, mas não se pode fazer encontro. Então, senhoras e senhores, eu quero dizer que, em longo prazo, daqui a 10, 15, 20 anos, o regime de capitalização, onde tenham já as aposentadorias, vai apresentar um déficit. No Governo Federal e no Governo Estadual foi criada a opção para os novos deterem uma previdência complementar. A cada recurso que a pessoa investir nesse sistema complementar, a Prefeitura vai alocar o mesmo valor. Então é a possibilidade de que o regime de capitalização não venha a ter déficits no futuro, isso assegura a aposentadoria dos atuais funcionários. Eu só coloco, eu tenho a obrigação de informar. Vocês acreditem ou não, mas essa é a verdade. Este projeto é extremamente importante para os atuais funcionários, para diminuir o déficit desse regime, já que o regime de repartição simples está a perigo mesmo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, colegas, todos que nos acompanham, rapidamente, até porque os colegas querem trabalhar e votar. Quero pontuar aqui, não são os independentes desta Casa nem os Vereadores que integram a base, que agora há pouco tentaram retirar o quórum para não trabalhar. Tenho este documento aqui que está circulando, achei muito estranho que não tem assinatura, falam que é um documento da previdência complementar. Quero resgatar aqui o que foi debatido anteriormente entre nós. Os técnicos que estão aqui, para auxiliar, neste momento, pediram para eu vir nesta tribuna ler rapidamente, que é o rebater técnico, não às pessoas que estão acompanhando, desse documento, distribuído aqui para não ficar uma mentira contada muitas vezes, para que talvez ela se torne verdade para as pessoas que não entendem o processo. As manifestações, distribuídas aos Vereadores, confundem as entidades abertas de previdência complementar, leia-se bancos privados, com a previdência complementar de entidades fechadas, fundações públicas. É preciso esclarecer que a proposta de previdência complementar apresentada pelo Governo é uma

proteção aos servidores públicos. Observa que a fundação não visa ao lucro e será cem por cento gerida por servidores do quadro funcional da Prefeitura. O folheto traz inverdades, dizendo que não há cobertura previdenciária e que uma vez findado o saldo da conta individual, o servidor ficará sem nenhuma cobertura. O projeto apresentado traz garantias para que o servidor não fique descoberto, assegurando além dos riscos de invalidez e pensão o risco de sobrevivência. Não se trata de um produto financeiro, e sim de um arcabouço previdenciário que foi construído pelos servidores públicos da carreira previdenciária. As informações demonstram desconhecimento sobre o projeto da previdência complementar, a possibilidade de retirada dos recursos da previdência complementar é um direito e garantia do servidor que quando implementado as regras de aposentadoria ou no caso de exoneração para assumir outro cargo público podem, respectivamente, sacar os recursos ou portar os valores para outra previdência complementar. Não configura risco a fundação, já que para cada servidor que sai outro ingressa na fundação. E várias outras explicações que por causa do meu tempo não terei aqui para ler, mas está à disposição aqui para Vereadores que têm dúvida, e repetir uma frase aqui que disse no ano passado: ser da oposição é uma barbada, pelo seguinte fato, essa oposição às vezes é tão oposição, e eu respeito quem mantém a coerência, mas este projeto foi defendido no Brasil pelo Governo do PT, pelo ex-Presidente Lula e pela ex-Presidente Dilma. Só que a oposição é tão oposição que agora nós queremos adotar para o benefício, e aí a oposição não pode ser a favor. É um absurdo! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não adianta vocês gritarem, porque nós votamos sempre com vocês aqui, ainda tem o PL nº 009, que mexe nas aposentadorias de vocês. Então, vocês fiquem quietinhos nos ouvindo. (Pausa.) Vocês estão gritando, eu tenho que me defender. Vamos lá então, para vocês ouvirem. Eu não costumo – e nunca

fiz – tirar direito de trabalhadores. Vou na linha do Ver. Cassiá. Nós votamos contra o aumento do Previmpa de 11 para 14%. Nem o PT votou! E não adiantava votar, porque nós fomos patrolados.

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Mas o PT não foi lá votar! É! Não adianta vocês gritarem, vocês têm que me ouvir. Votei agora nesse projeto, junto com o PDT e os demais, para não modificar os regimes dos funcionários, que estudaram, que se prepararam. Não pode botar toda a culpa em cima do funcionário público! Assim como tem maus funcionários públicos, tem maus jornalistas, tem maus políticos. Vem agora o PL nº 009, que é para mexer na aposentadoria. Votaremos contra. Agora, este projeto da previdência complementar, se as emendas dos Vereadores Dr. Thiago, Janta e de outros Vereadores foram aprovadas, nós votaremos favoravelmente, porque está claro numa emenda do Ver. Dr. Thiago e numa emenda do Ver. Mauro Pinheiro que é daqui para frente. Daqui para frente, não tenho compromisso com nenhum funcionário público; eu tenho compromisso em manter o que os funcionários públicos conseguiram até agora através do seu esforço, do seu estudo e dos concursos – e ninguém pode mexer nisso! Repetindo: se essas emendas, que melhoram o projeto, forem aprovadas, nós daremos o nosso voto. Continuamos claros, abertos e decididos a não tirar nenhum direito dos trabalhadores, e sempre votamos nesse sentido. Fomos criticados, colocaram cartazes com as nossas fotografias - para mim foi maravilhosa a última vez que colocaram a minha foto num *outdoor*, fiz mais de dez mil votos; botem novamente! E foram os empresários que colocaram as fotografias, porque não gostaram da nossa posição, os mesmos empresários que vieram aqui, no ano passado, pedir para não aumentarmos impostos; e agora vêm aqui pedir para aumentar impostos, para tirar os direitos de vocês, e nós não vamos tirar! Agora, daqui para frente, se o Prefeito quiser mandar para cá um projeto dizendo que, daqui para frente, quem fizer concurso não terá isso, não terá aqui – é daqui para frente; agora, retroagir, não vai, porque não terá o meu voto. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde ou boa noite, não sei a quantas anda o dia lá fora, senhoras e senhores, Vereadores e Vereadoras; eu creio que o projeto de previdência complementar que está em questão, sendo debatido a fim de posteriormente ser votado nesta Casa Legislativa, pelo posicionamento que vem apresentando o Prefeito e esta gestão, se fosse tão favorável aos servidores, não estaria para ser votado, porque o Prefeito tem, desde o início da sua gestão, agredido, atacado, humilhado e assediado os servidores públicos desta Cidade. Portanto, é com muita reticência que nós observamos qualquer tipo de movimentação tomada por esta gestão, principalmente no que se refere às iniciativas em relação aos servidores públicos e ao serviço público desta Cidade. Eu gostaria de enfatizar que existem problemas muito graves neste projeto de previdência complementar. Eu estava conversando com o Secretário Leonardo Busatto na sala ao lado quando ouvi a Presidente Mônica Leal chamar o meu nome e vim rapidamente a esta tribuna fazer a minha manifestação. No art. 3º do projeto de lei que estamos debatendo, institui-se um teto de pagamento de benefícios para os segurados pelo Previmpa, um teto limitado à retirada de R\$ 5.646,00. Portanto, servidores que contribuíram a sua vida com 11% e agora com 14%, desde o ano passado, ficarão limitados à retirada desse montante, o que é bastante injusto, porque quando alguém se prepara, planeja a sua aposentadoria, o indivíduo também estima os gastos com medicação, os gastos com atendimento médico, porque muitos dos colegas estão adoecendo por conta desses ataques reiterados da gestão, e isso gera custos, isso gera demanda por serviços de saúde, infelizmente. Não gostaríamos, mas até o plano de saúde dos municipais está sendo atacado pela gestão Marchezan Júnior. Isso é terrível! A instituição do POAPrev também limita as retiradas do que o servidor vai depositar nesse fundo ao longo de sua carreira. Se esses recursos se extinguem, de onde vai sair o sustento da família, do aposentado? Não vai sair de lugar nenhum! Não nos surpreende, o Prefeito Júnior não quer saber, ele não está nem aí. Portanto, deve ser, sim, uma preocupação de todos os integrantes desta Casa Legislativa o que será do futuro daqueles que prestam serviço à população de Porto Alegre na área de educação, na área da saúde, na área, inclusive, da segurança, porque nossos Guardas Municipais

também serão afetados por essa alteração de legislação. Esse fundo complementar não vem agregar qualidade às aposentadorias; ele vem restringir receitas, diminuir a qualidade de vida dos servidores públicos municipais então aposentados. Portanto, a única função que esse projeto tem é para atacar o direito de essas pessoas terem uma aposentadoria digna e receberem o que contribuíram ao longo de sua vida laboral, trabalhando na periferia da Cidade, prestando serviço público.

Então, eu me atenho, neste momento, exclusivamente a debater o projeto em si, que é um projeto ruim que ataca o direito dos servidores. Portanto, deve ser rejeitado na sua plenitude.

Eu gostaria então de deixar marcada minha posição de contrariedade por completo a esse projeto. Não ao projeto de criação da previdência complementar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Quero saudar todos os presentes, colegas Vereadores, os fãs que se tem nesse plateia. Acho que a fala do Ver. Pro. Alex foi muito pedagógica para todos nós. Peço a atenção de todos os colegas Vereadores, pois estamos tratando aqui do projeto de previdência complementar, debatido na Comissão de Economia, Finanças Orçamento e do Mercosul recentemente, na qual estive presente, bem como o Adelto, tesoureiro do Simpa, junto com a Fazenda e demais dirigentes do Previmpa. Eu digo que a fala do Ver. Prof. Alex é muito pedagógica porque ela traduz algo que está explícito aqui, conforme ouço os Vereadores e os servidores falando sobre este projeto: é que desconhecem o projeto. O Ver. Prof. Alex fala sobre um teto, por exemplo, que o servidor deveria contribuir com 11 ou 14% e vai receber sobre um teto. Na verdade isso diz respeito ao Previmpa e não à previdência complementar que, inclusive, faz com que servidores que recebem mais do que o teto do INSS recebam a mais após sua aposentadoria, tendo participado da previdência complementar. O curioso de todo esse debate, durante o dia inteiro; na verdade eu estava esperando o Celso Portioli adentrar no Plenário, porque achava que isso aqui era o programa Passa ou Repassa. Celso Portioli, Bosco; tu não assistias ao Celso Portioli, o

pág. 53

programa Torta na Cara? Pois é; é que no meio disso tudo, dessa gritaria e desse vai e vem de um lado para outro, esqueceu-se de falar o que deveria ser falado, esqueceu-se de dar luz à razão e aos fatos. Na ânsia de se opor somente por ser oposição, está se ignorando uma coisa que vai ser boa para os servidores. Na reunião da CEFOR, eu comuniquei isso à diretoria do Simpa e à Prefeitura, porque eu achava que este projeto da previdência complementar estava por demais gentil ou por demais, como posso dizer? Esqueci até o termo, mas estava bom demais para ser verdade para uma cidade que sofre uma situação financeira tão grave. Aliás, chama-me a atenção a tamanha resistência do PT, do PSOL e dos servidores a um projeto que quem deveria estar resistindo era o pagador de impostos, porque isso aqui permite que o servidor continue recebendo aposentadorias acima do teto, que ele não vai receber dado o atual estado das nossas finanças. E se a gente olhar para os próximos 10, 15, 20 anos, o projeto da previdência complementar se torna ainda mais relevante. Eu convido os servidores a estudarem mais o projeto, porque eu estava lendo aqui o parecer do Conselho de Administração do Previmpa sobre o projeto, isso aqui, me desculpem, senhores, isso aqui não tem nenhum grande argumento que me leve a contrapor um projeto desses, ou que levaria vocês a contrapor, a não ser fazer oposição por oposição.

O POAPrev é destinado aos funcionários que vierem ser admitidos pela Prefeitura de Porto Alegre, ou seja, ele não afeta os servidores atuais. Ele vai ser aplicado a partir de agora, daqui para frente, e pelo jeito muitos de vocês ainda não entenderam isso. Aos servidores atuais será facultada a participação. Então, se não gostam, é só não participar, mas não tirem o direito de quem quiser participar de que possa aderir ao projeto. Para cada real investido pelo servidor, a Prefeitura vai colocar uma contrapartida de mesmo valor, e aqui que entra a questão que eu falei de que a Prefeitura é muito generosa ao servidor, porque ela está fazendo algo que não lhe compete. Não há nenhuma obrigação da Prefeitura fazer uma contrapartida de investimento nisso aqui. Poderia muito bem deixar o servidor, que recebe acima do teto, desassistido dos valores acima do teto do INSS, mas, não, está-se tentando que esse servidor tenha uma alternativa, se ele quiser aderir. O adiantamento de R\$ 10 milhões, que muito tem sido combatido, é algo que vai ser pago pelo próprio fundo, não vai ser retirado esse dinheiro para ser colocado em outro fim se não para dar início ao fundo, depois, pago à Prefeitura. E eu sou a favor que se reduza salário e o número de cargos da diretoria do POAPrev, mas agora dizer que o

pág. 54

projeto é ruim, dizer que o projeto ataca direitos, dizer que o projeto é ruim para o servidor, dizer que o projeto está fazendo qualquer tipo de jogada para prejudicar, isso é de uma pequenez, é de uma ignorância tamanha no sentido de ignorar do que se trata o projeto, que eu esperava muito mais tanto da oposição quanto daqueles que lhes servem como rebanho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, vou repetir: eu sou servidor público desde 1974 – há 44 anos. (Palmas.) Eu estou aqui na Câmara desde 1989 – há 30 anos. Eu votei contrariamente àquele aumento de alíquota do Previmpa no ano passado; (Palmas.) votei contra e trabalhei bastante contra os projetos do ano passado, os mesmos que temos agora; votarei contrariamente a qualquer outro projeto que retire benefícios do servidor público; (Palmas.) e eu me filio à posição do Vereador que nos antecedeu, Ver. João Bosco Vaz. Eu recebi no meu gabinete algumas poucas lideranças, muito poucas, lideranças do serviço público. E aqueles que estiveram comigo me disseram que, aprovadas as emendas do projeto, era para votar favorável ao projeto, mas foi o que aconteceu. E como servidor público que sou há 44 anos, e acompanhando muito de perto as finanças públicas, e aposentado que sou, e mais: olhando mais atentamente o futuro das nossas aposentadorias, eu acredito – e por isso voto assim – que precisamos ter um olhar atento ao que está acontecendo hoje no setor público e o que vai acontecer no futuro. Eu sou servidor público do Estado e vejo, há quatro anos, os servidores recebendo salários parcelados, eu acredito que um olhar para o futuro para modificar regras que não prejudiquem o futuro, mas que auxiliem na sustentabilidade do presente, isso é necessário. Portanto, eu acredito que, com as emendas que estamos tendo aí, se aprovadas, eu voto favorável ao projeto. Repito, se aprovadas. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Questão de Ordem): Vereadora-Presidente, Mônica Leal, eu estou encaminhando duas questões, as quais vou protocolar na Mesa, mas quero lê-las. Questão n.º1: Trata-se de Questão de Ordem a ser apreciada por esta Presidência, nos termos do art. 193 do Regimento. Apresentamos a presente Questão de Ordem: “Pelos fundamentos técnicos e jurídicos, que ora protocolados, a fim de que sejam esclarecidos pelo Sr. Presidente qual o rito e definição do quórum de votação para a admissibilidade do processo de denúncia de suposto cometido de infração político-administrativa para fins de compatibilização do art. 5.º da Constituição Federal”.

Questão nº 2: Trata-se de Questão de Ordem a ser apreciada por esta Presidência, nos termos do art. 193 do Regimento, a fim de que seja esclarecido e definido no trâmite de processamento, com a competência para exercer o primeiro juízo de admissibilidade de qualquer denúncia que possa acarretar o *impeachment* de Prefeito ou Vereador, apresentamos a presente Questão de Ordem: “Pelos fundamentos técnicos e jurídicos, que ora protocolados, a fim de que seja esclarecido pelo Sr. Presidente qual será o rito a ser exercido por esta Casa Legislativa quanto à sua admissibilidade”. Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. Aprego PLL nº 097/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, do Ver. Cassiá Carpes e do Ver. Ricardo Gomes.

Tendo em vista o falecimento do pai do Presidente Valter Nagelstein, Dr. Mathias Nagelstein, uma personalidade política e jurídica muito conhecida, com base no art. 144, inciso III, do Regimento desta Casa, eu dou por encerrada esta Sessão.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h27min.)